



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ELQUER ALMEIDA FERREIRA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CULTURAL NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ-BA: UMA ANÁLISE DO
INVESTIMENTO EM AÇÕES E PROJETOS CULTURAIS ATRAVÉS DO
PROGRAMA FUNDO DE CULTURA NO PERÍODO DE 2009 A 2017.**

SALVADOR

2019

ELQUER ALMEIDA FERREIRA

**POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CULTURAL NO
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE IRECÊ-BA: UMA ANÁLISE DO
INVESTIMENTO EM AÇÕES E PROJETOS CULTURAIS ATRAVÉS DO
PROGRAMA FUNDO DE CULTURA NO PERÍODO DE 2009 A 2017.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Economia da Universidade Federal de Bahia requisito parcial à Bacharel obtenção do grau de Bacharel Economia.

Área de concentração: Economia Regional;
Economia da Cultura

Orientador: Prof. Dr.Uallace Moreira Lima

SALVADOR

2019

Ferreira, Elquer Almeida

F383 Políticas de desenvolvimento territorial e cultural no território de identidade de Irecê-BA: uma análise do investimento em ações e projetos culturais através do Programa Fundo de Cultura no período de 2009 a 2017 / Elquer Almeida Ferreira. _ Salvador: 2019

60f. il. fig. tab.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2019.

Orientador: : Prof. Dr. Uallace de Moreira Lima

1.Economia - Cultura 2. Território de identidade I. Lima, Uallace de Moreira II. Título III. Universidade Federal da Bahia

CDD 330



COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
RELATÓRIO FINAL DE APROVAÇÃO

ALUNO: Elquer Almeida Ferreira

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

“Políticas de desenvolvimento territorial e cultura no território de identidade de Irecê-Ba: Uma análise do investimento em ações projetos culturais através do Programa Fundo de Cultura no período de 2009 a 2017.”

DATA DA APRESENTAÇÃO: 04/12/2019 – 13 horas

BANCA EXAMINADORA:

PRESIDEMTE: Prof. Dr. Uallace Moreira Lima

1º MEMBRO: Prof. Dr. Alyson dos Santos Rocha

2º MEMDRO: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus por ter me dado os ensinamentos necessários para enfrentar todas as dificuldades e arduamente superá-las. Aos meus pais Vanuza que é um exemplo de superação e Josemauro que sempre me ensinaram a ser mais forte do que sou e agir com dignidade para chegar aos meus objetivos, e também a minhas irmãs, em especial a Taila por ser sempre o meu porto seguro.

A família Almeida e Ferreira Dourado e meus tios Valfredo e Valquíria por acreditarem em mim. A todos meus amigos, em especial aos do grupo “Jovens (H)Organizados”, e a muitas pessoas que passaram na minha vida nesse período e não se faz mais presente, em especial a minha 2ª mãe Joelma (in memoriam) que estiveram comigo quando eu mais precisei me deram apoio e ajudaram a chegar até aqui.

Aos meus muitos colegas de faculdade que, decisivamente, estiveram comigo e foram importantes quando muitas vezes achei que não conseguiria.

A meu orientador, Uallace Moreira, que, para mim, é um exemplo de competência e professor. Agradeço por toda ajuda orientações, sugestões e palavras de incentivo.

“Minha terra tem caatingas onde canta o zabelê, Deus não me permita que eu morra sem que eu volte a Irecê.”

Autor desconhecido (Exilado pelo regime militar de 1964).

RESUMO

O desenvolvimento de Territórios de Identidade atrelado a Economia da Cultura coloca a sociedade na política social conceituando e valorizando pessoas enquanto cidadãos. O presente trabalho tem como objetivo explicar o surgimento do Território de Identidade de Irecê-Ba, focando especificamente na transição do Território como expoente da economia agrícola com o cultivo do feijão pra a economia do comércio, mostrando a evolução da economia local e o surgimento de manifestações culturais. Este estudo pretende demonstrar através de resultados colhidos junto a órgãos governamentais, como o Programa Fundo de Cultura da Bahia atua no financiamento de ações e projetos culturais neste Território, buscando soluções afirmativas para manutenção da cultura e economia local.

Palavras-chave: Território de Irecê. Economia agrícola. Economia do comércio. Financiamento da cultura. Programa Fundo de Cultura.

ABSTRACT

The development of Identity Territories linked to the Economy of Culture places a society in social policy that conceptualizes and values people as citizens. This paper aims to explain or operate the Irecê-Ba Identity Territory, focusing on the transition of the territory as an exponent of the agricultural economy with the cultivation of beans for the commerce economy, showing the evolution of the local economy and the emergence of cultural manifestations. This study aims to demonstrate through results gathered from the management bodies, such as the Bahia Culture Fund Program, which acts in the financing of cultural actions and projects in this territory, seeking affirmative solutions for maintaining the local culture and economy.

Keywords: Irecê Territory. Agricultural economy. Economics of trade. Financing of culture. CultureFundProgram.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1- Divisão do Território de Irecê-Ba	19
Quadro	1- Investimentos recebidos pelo Fundo de Cultura de 2009 a 2017	23
Figura	2- Territórios de Identidade de Cultura da Bahia	39
Quadro	2- Investimentos recebidos pelo FCBA de 2009 a 2017	40
Quadro	3: Manifestações culturais do Território de Irecê	43
Figura	3 – Organograma	44
Quadro	3 - Investimento em Cultura no Território 1 do ano 2009 a 2017	45
Gráfico	1- Investimento por município no Território 1	48
Quadro	5- Municípios e secretários municipais de cultura do Território de Irecê contemplados pelo Fundo de Cultura	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Territórios de Identidade da Bahia por população	16
Tabela 2- Evolução do PIB no Território de Irecê de 2009 a 2017	25
Tabela 3- Recursos do Fundo de Cultura no Território de Irecê	49

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CCPI - Centro de culturas populares Indenitárias

DTC - Diretoria territorial de Cultura

FCBA - Fundo de Cultura da Bahia

FPC - Fundação Pedro Calmon

FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia

IBGE - Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias

IPAC - Instituto do patrimônio artístico e cultural

MinC - Ministério da Cultura

RTC - Representante territorial da Cultura

SECULT-Ba - Secretaria de Cultura da Bahia

SEI - Superintendência de estudos Econômicos e Sociais

SEPLAN-Ba Secretaria do Planejamento da Bahia

SETUR-Ba – Secretaria de Turismo da Bahia

TCM – Tribunal de Contas dos Municípios

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA	14
2.1	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ	20
3	FINANCIAMENTO DA CULTURA NA BAHIA E NO TERRITÓRIO DE IRECÊ	27
3.1	BREVE PANORAMA DE AÇÕES DA CULTURA NA BAHIA	31
3.2	MECANISMOS DE INVESTIMENTO EM CULTURA NA BAHIA E NO TERRITÓRIO DE IRECÊ	32
4	TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA E O FUNDO DE CULTURA NA BAHIA	36
4.1	HISTÓRICO DO FUNDO DE CULTURA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ E NA BAHIA	39
4.2	HISTÓRICO DO FUNDO DE CULTURA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ E NA BAHIA	41
4.3	DESAFIOS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ PARA MANUNTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE AÇÕES E PROJETOS CULTURAIS ATRAVÉS DO PROGRAMA FUNDO DE CULTURA.	50
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

O Território de Irecê, localizado no noroeste do Estado da Bahia, passou por um grande processo de exploração agrícola em meados do século XX a partir dos anos 1960 ao final dos anos 1990. No decorrer desse período de quase 30 anos foi perceptível um forte incentivo de financiamento agrícola através do financiamento de crédito do estado pelo Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. Além do mais, a partir da década de 1970 o governo do Estado passou a reconhecer o Território de Irecê como Polo do Feijão, de modo que o Território ficou conhecido em toda região do Nordeste como grande produtora de feijão.

Depois desse período marcado pela forte expansão agrícola, principalmente com o cultivo do feijão, nos últimos anos da década 1990 começa uma grande crise no Território de Irecê, tendo como uma das principais causas grande queda na produção do feijão, dificuldades para conseguir créditos agrícolas e a diminuição do regime constante de chuvas no semiárido baiano. Com esse impacto negativo na produção agrícola e o risco eminente de diminuição da economia local, surgiu como opção da atividade econômica o comércio, o qual, com a virada de século nos anos 2000, passaram a ser a principal fonte de renda do Território de Irecê. Segundo Couto e Rocha (2006) um reflexo disto foi a crescente convergência entre os diferentes tipos de comércio que surgiram com o declínio da especificidade econômica mais rentável que existia que era a produção agrícola, e o aproveitamento da influência econômica que o feijão possuía para fortalecer o comércio territorial.

Outro fator importante no Território de Identidade de Irecê são as manifestações culturais, desde aquelas relacionadas às festas de lavouras e religiosas até as festas juninas e carnaval fora de época, com isso, acontece o fortalecimento de outros tipos de projetos e festas culturais com a consolidação da economia local. Com o passar dos anos esses movimentos culturais foram se fortalecendo e tornando um fator importante para movimentar a economia do Território.

O investimento em projetos culturais sempre foi gerador de grandes inquietações para o povo e as instituições, e isso se dá pelo fato do sistema adotado refletir na ideia da influência do Estado na Sociedade. Nos últimos anos os modelos de

incentivos às políticas de financiamento cultural deixaram claro o interesse do Estado para criar mecanismos para investir e promover as ações culturais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2013, o setor cultural contribuiu com quase 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, na Bahia, por sua vez, esse percentual da Cultura gira em torno de 4,4% do (PIB). (SECULTBA, 2015)

A partir da análise da experiência de Irecê, o objetivo desta monografia é mostrar que é necessário Estado criar mecanismos diversificados de fomento, além da política de apoio via leis de incentivo fiscal, adotando para este setor uma estratégia que envolva financiamento, legislação, capacitação e regulação através do programa Fundo de Cultura (FCBA), mecanismos estes que se consolidam como uma política de investimentos. Com isso, notamos a importância desse programa para o Território de Identidade 1 pertencente a Irecê na Bahia no setor econômico e cultural entre os anos 2009 e 2017, uma região fortemente econômica e com um forte apelo cultural com quase 500 mil habitantes e que corresponde a dezoito municípios, a saber: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Cafarnaum, Central, Gentil do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibai.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia criou a partir de 2007 a territorialização da cultura, de maneira que essa foi uma estratégia encontrada para vivificar um cuidado maior com o investimento e financiamento de ações e projetos culturais em territórios antes abandonados pelos desequilíbrios de investimentos regionais na Bahia, assim, locais com forte poder econômico e cultural passaram a ser assistidos pelo Fundo de Cultura da Bahia (SECULTBA, 2007). Vieira (2004) Salienta que a criação dos territórios de Identidade pela Secretaria de Cultura da Bahia serviu para democratizar as políticas públicas de ações culturais e também para investir nas inúmeras manifestações culturais existentes na Bahia.

A justificativa desta pesquisa surge também como uma forma de avaliar o trabalho realizado pelo Fundo de cultura da Bahia (FCBA) da Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA) no território de Irecê-Ba ao longo dessa década, tornando um momento oportuno de integração da teoria-prática. Além disso, os estudos sobre financiamento às manifestações culturais concentram-se fortemente na análise das políticas culturais gerais, havendo certa escassez de trabalhos com uma abordagem

prática da gestão de investimentos do Fundo de Cultura como instrumento de fomento nessa região.

Além do mais, a realização desta pesquisa se justifica ainda pelo fato de que, como ex-membro do Conselho de Cultura do município de Lapão ¹ pertencente a esse território, percebeu-se a necessidade de tratar da temática, notando a relevância que o programa Fundo de Cultura tem para investir em festas culturais no território de identidade de Irecê. Sendo assim, o trabalho desenvolvido é uma oportunidade de colaborar com as pesquisas acadêmicas que trabalham com temas correlatos, utilizando os modelos e dados adotado pela SecultBA para essa discussão.

O principal problema desse trabalho foi, sem dúvidas, a escassez de dados regionais sobre as transformações econômicas do Território de Irecê, sendo encontradas referências em alguns órgãos estaduais e em estudos teóricos sobre o tema, mas não nos demais aspectos relacionados a investimentos em ações e projetos culturais no Território. Ainda sendo necessário responder as seguintes perguntas: a territorialização foi importante pra o desenvolvimento da cultura? Qual impacto da transição da economia agrícola pra economia do comercio teve nos investimentos através do Programa Fundo de Cultura?

O corrente estudo se fundamentou no desenvolvimento de uma pesquisa explicativa, mostrando a metodologia amparada de forma exploratória, e a investigação bibliográfica, de modo que, para sua comprovação teórico-metodológica valeu-se dos conhecimentos históricos, referências bibliográficas e dados colhidos nos bancos de dados dos governos Estadual e Federal.

Por fim, mostraremos dois caminhos que guiará a análise: no primeiro tentaremos identificar e entender como a transição da economia agrícola do feijão foi importante para o surgimento de um comércio local forte. No segundo, analisaremos como o Fundo de Cultura (FCBA) promoveu investimentos para o fomento da Cultura no território de Irecê do ponto de vista da participação dos projetos dos municípios englobados, mostrando como o Programa Fundo de Cultura da Bahia atua no financiamento de ações e projetos culturais que evoluíram desde o surgimento do Território de Irecê ate os dias atuais.

¹ Conselho de Cultura do município Lapão-Ba criado no ano de 2015 de acordo com as diretrizes da Lei nº 13.005/2014.

A presente monografia pretende discutir a transformação econômica do Território de Irecê e como isso influenciou os investimentos na cultura local. Para isso, além da introdução, esta monografia é dividida em mais quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo faz a revisão teórica da formação e desenvolvimento econômico e cultural do Território de Irecê, mostrando os conceitos, os primeiros movimentos territoriais, a transição da economia agrícola para a economia do comércio e por fim o surgimento e evolução das manifestações culturais.

O segundo capítulo pretende apresentar informações sobre o financiamento da Cultura no Território de Irecê, discutindo os mecanismos usados pelo Estado para fomentar a cultura em todos os Territórios de Identidade da Bahia como foco no Território 1. Neste capítulo apresentamos dados para caracterizar o investimento em cultura na Bahia. O terceiro capítulo mostra como surgiu a territorialização da Cultura e principalmente como é usado o principal programa de fomento a ser explorado, que é o Fundo de Cultura. O quarto capítulo identifica como o Programa Fundo de Cultura tem contribuído para o investimento de ações e projetos culturais no Território de Irecê.

2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL DO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA

É de suma importância notar os aspectos que evidenciam a formação histórica e econômica de um território com a finalidade de analisar as exterioridades para composição de uma identidade necessária para mostrar o desenvolvimento numa perspectiva em vários sentidos, entre eles, os aspectos educacionais, demográficos, culturais, sociais e econômicos; dessa forma, acontecimentos históricos são importantes para o planejamento que buscam a construção regional de um território. Segundo Germani (2006) é preciso uma estratégia para proporcionar o desenvolvimento territorial de determinado lugar buscando o fortalecimento das instituições locais e também a consolidação de setores socioeconômicos ativos para a formação do capital econômico e social, sendo que é preciso planejamento territorial e articulação de políticas públicas e mercados para o financiamento de projetos produtivos e culturais.

Oliveira e Santos (2009) ratificam que é preciso também mostrar que os territórios são uma construção social que se transformam com a evolução das organizações atuantes e sua identificação ou não com o grupo em si.

Comumente o reconhecimento de regiões (territórios) com verdades e problemáticas iguais criam como decorrência ações estratégicas que ponderam não mais o município isoladamente. Com isso, o elemento impulsionador para concretizar um desenvolvimento necessita de uma combinação de fatores imprescindíveis para determinar um território, tais como ajuda de instituições públicas de crédito e financiamento fortalecendo liberação de recursos e projetos a planos que vinculam os municípios, criando e mantendo espaços comuns de discussão das alternativas locais e que sejam potencialmente positivos para todo o Território.

Ruben (2013) mostra que a perspectiva de um território para o desenvolvimento apresenta várias concepções atreladas aos aspectos ambientais, econômicos, histórico-cultural, político, institucional e de abrangência que interagem no espaço do território, mostrando identidade e qualificando o sentido de totalidade e pertencimento da sua população.

De fato, o território é a unidade que melhor evidencia os laços de aproximação entre pessoas, grupos sociais e setores da sociedade que são motivados e originados em um movimento crucial para o fortalecimento de diligências voltadas para o desenvolvimento dos municípios abrangentes.

A tabela a seguir mostra a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da peculiaridade e economia de cada região. Sua organização foi desenvolvida com base na estratégia de englobamento de cada município, nela também é retratada população de cada Território e sua participação percentual na população geral do Estado da Bahia.

Tabela 1: Territórios de Identidade da Bahia por população

Território de Identidade	População 2016	Participação
Irecê	436.530	2,86%
Velho Chico	404.325	2,65%
Chapada Diamantina	397.039	2,60%
Sisal	623.945	4,08%
Litoral Sul	790.389	5,17%
Baixo Sul	392.873	2,57%
Extremo Sul	461.223	3,02%
Médio Sudoeste da Bahia	263.572	1,73%
Vale do Jiquiriçá	324.174	2,12%
Sertão do São Francisco	544.737	3,57%
Bacia do Rio Grande	458.280	3,00%
Bacia do Paramirim	154.860	1,01%
Sertão Produtivo	499.258	3,27%
Piemonte do Paraguaçu	283.246	1,85%
Bacia do Jacuípe	280.387	1,84%
Piemonte da Diamantina	217.716	1,43%
Semiárido Nordeste II	441.573	2,89%
Litoral Norte e Agreste Baiano	609.551	3,99%
Portal do Sertão	967.214	6,33%
Sudoeste Baiano	733.276	4,80%
Recôncavo	560.530	3,67%
Médio Rio de Contas	379.122	2,48%
Bacia do Rio Corrente	214.026	1,40%
Itaparica	184.822	1,21%
Piemonte Norte do Itapicuru	283.641	1,86%
Metropolitano de Salvador	3.984.583	26,08%
Costa do Descobrimento	385.674	2,52%
Total	15.276.566	100%

Fonte: IBGE (2016). Cálculos da SEI

É questionável o conceito de território por muitas vezes mostrados por alguns autores, os quais determinam território apenas como aquele espaço que reúne

identidades a partir da junção de elementos como harmonia social, cultural, territorial, tangenciando a questão do poder, da relação de forças existentes, a quase sempre existência de luta pelo poder e as diferenças de forças políticas presentes mesmo com a ideia em comum da criação territorial, (OLIVEIRA NETO, 2015).Então esse fato pode mexer com o desenrolar da construção da política, tendo que ter a compreensão de que o processo nem sempre é feito em harmonia e simples, mas com muita complexidade intrínseca às diferentes realidades locais.

[...] a execução e operacionalização do território não estabeleceram completamente na base do processo (os agentes) a necessidade de se abandonar práticas, disputas e segregações políticas, em favor do interesse comum de um determinado conjunto de municípios. São perceptíveis ocorrências como o atraso/rapidez do encaminhamento de projetos de agricultores familiares alinhados/não alinhados à corrente político-partidária dominante ou a concentração do poder nos chefes dos executivos municipais. (COUTO; ROCHA , 2006, p. 2)

O processo de povoamento e consolidação do território de Irecê começou em meados do século XIX, tendo como principal pressuposto o início do cultivo da agricultura, mesmo que de forma peculiar, sendo que os 18 municípios que fazem parte deste Território foram oriundos do desmembramento de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique. Só assim foram se multiplicando os municípios e cada uma com seu modo de produção agrícola, econômica e cultural até chegar a um produto comum e economicamente rentável, neste caso, o feijão, tornado o território um dos maiores produtores desse grão entre as décadas de 1980 e 1990, situação esta que tornou a cidade conhecida no Estado da Bahia como “terra do feijão”.

As mudanças provocadas pela expansão e multiplicação das atividades agrícolas no Território e pelas alterações nas bases socioeconômicas até então existentes, voltadas, exclusivamente, para a agricultura de subsistência, estimularam o crescimento da atividade comercial e mostraram a influência de uma atividade econômica na outra. Duarte (1963) disse que as transformações operadas no setor agrícola regional, nas primeiras décadas do século XX, decorreram, basicamente, da consolidação do feijão como atividade agrícola e também da atividade comercial. O aumento dos lucros, com a compra e venda de mercadorias entre os diversos municípios, formou o capital comercial no Território, possibilitando o surgimento de recursos financeiros que passaram a ser investidos na agricultura e conseqüentemente ao comércio local.

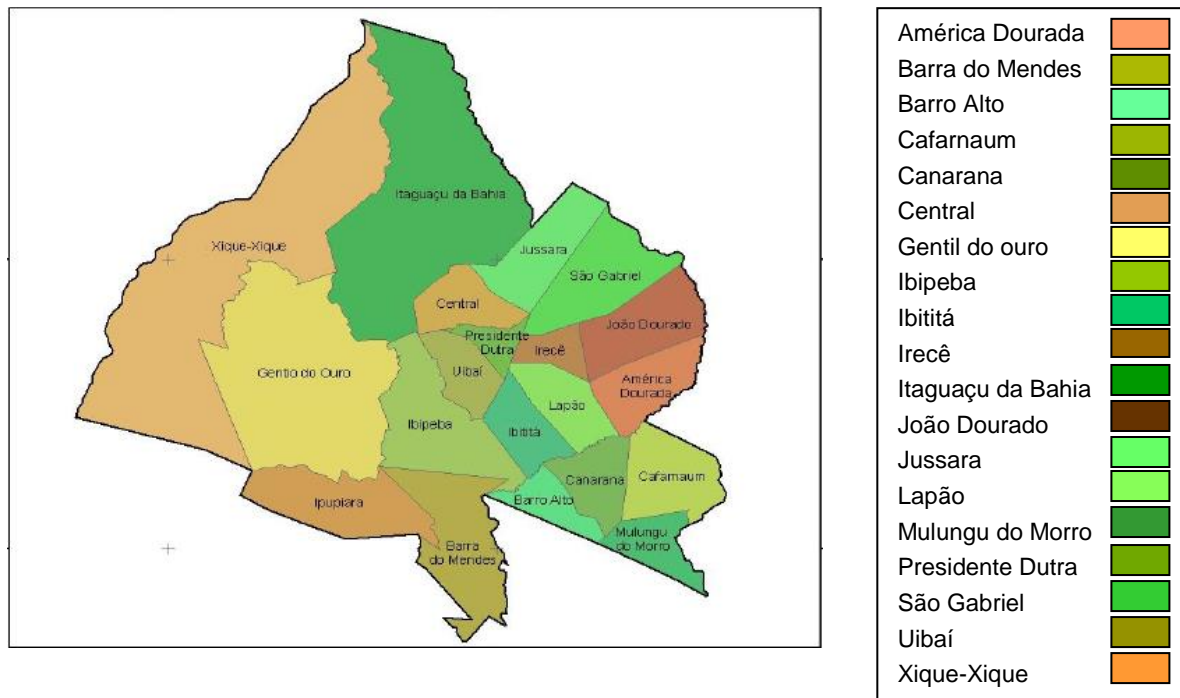
Do ponto de vista do surgimento do quadro econômico do Território, foi perceptível três importantes efeitos produzidos:

- O aumento das trocas comerciais entre os municípios, pela ampliação da safra e aumento de compradores de outras regiões.
- A intensificação do processo de ocupação de terras para o cultivo do feijão e outras lavouras na região de Irecê.
- O surgimento de novas perspectivas econômicas para os produtos, até então de subsistência, para o comércio local, regional e até estadual.

Foi durante esse período acima citado que o Território de Irecê passou a dispor de uma organização agrícola mais evoluída, derivada dos vários investimentos que começou a receber com o crédito rural, contribuindo para um significativo aumento da produção do feijão, determinando mudanças no padrão socioeconômico da região. Rubem (2001) enfatizou que além de estruturar um novo sistema de produção agrícola, fez surgir também um sistema de comercialização envolvendo produtores e vários tipos de agentes localizados em diversos municípios do Território.

A figura abaixo mostra a divisão do Território de Irecê com cada município respeitando seus limites territoriais, colocando Irecê no centro do Território como município mais influente por conta de sua abrangência econômica e regional perante os municípios circunvizinhos.

Figura 1: Divisão do Território de Irecê-Ba



Fonte: Instituto brasileiro de Geografia e Estatística 2006

Na questão cultural, o território começou com uma rica e importante tradição das manifestações da cultura popular com grupos de Terno de Reis, Roda de São Gonçalo, festa junina, entre outros, concebidos na maior parte por famílias de agricultores do campo e depois foi disseminando para as regiões urbanas. A princípio, estes grupos faziam suas manifestações como forma de divertimento e motivos religiosos, mas, nos dias atuais são realizadas não apenas como manutenção de uma tradição, como também como um setor potencialmente econômico e viável.

Como disse Couto e Rocha (2006), começou a aparecer um projeto de desenvolvimento que aprofundou em todo o processo de formação cultural, com a valorização da identidade e da memória do território, passando pela formação e construção de espaços físicos que atendam às manifestações culturais até a promoção e implantação de políticas públicas que melhorou a economia da cultura.

Irecê e as cidades circunvizinhas começaram a traçar uma trajetória de desenvolvimento atrelada às necessidades de variedades das atividades econômicas, essencialmente agropecuárias. Entretanto, com o declínio da agricultura outras atividades econômicas atreladas á agropecuária a se tornar um polo

comercial importante do interior do Estado da Bahia. A nova transformação rural – comércio decorre principalmente do declínio do seu principal produto exportador que é o grão do feijão e também da modernização das relações com os progressos industriais que começaram a surgir, bem como o aumento significativo da infraestrutura urbana na principal cidade que é Irecê e dos serviços que foram ampliados a outras cidades pertencentes ao Território de Irecê. Portanto, para SEPLAN-BA a ideia de transformação da atividade rural concebida como pontapé ao comércio urbano tende a valorizar com a substituição dos ramos das atividades econômicas fazendo uma espécie de integração econômica.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO TERRITÓRIO DE IRECÊ

A história do desenvolvimento do Território corrobora com diversificação das atividades econômicas pertencentes a todas as cidades e principalmente ao município mais importante que é Irecê, onde todos estão geograficamente próximos, a região esteve no auge entre os anos 1980 até o início dos anos 2000, sendo destaque com a produção de grãos, particularmente o feijão. Contudo, devido à degradação ambiental e perdas das safras por causa das mudanças climáticas, à diminuição dos preços dos grãos, e, principalmente, à redução continuados serviços governamentais de apoio (créditos e financiamentos) o feijão começa a atravessar uma crise em sua produção na região. Dessa forma, a população local se viu obrigada a explorar outras atividades como meio de subsistência e para girar a economia local, sendo assim, o comércio foi o balizador dessa fase, isso porque, o Território já vinha de grandes movimentações econômicas oriundas do forte ciclo do feijão atreladas ao surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais.

Um fator importante para modernização da agricultura e desenvolvimento da economia local foi o crédito rural, que foi um elemento fundamental para o financiamento da cultura do feijão, ao assumir então o papel de indutor das mudanças da estrutura produtiva com a introdução de máquinas e equipamentos. Rubem (2001) diz que a incorporação de áreas à agricultura e o consequente aumento da produção encontraram também no crédito rural o seu principal elemento de apoio. Nesse processo, a produção de feijão assumiu a liderança no setor agropecuário regional.

Barcelar (2007) salientou que Irecê atravessou por uma grave crise econômica no final dos anos 1990, principalmente com impactos significativos sobre as perdas para os produtores de feijão que na época era a principal atividade econômica do Território. Sem horizonte, diversas pessoas da região migraram para o Sudeste e para outras regiões da Bahia. Aqueles que permaneceram na cidade tiveram o comércio como principal alternativa econômica. A partir daí, Irecê se transformou no maior centro comercial do centro norte da Bahia por conta da sua localização e principalmente do agrupamento de pequenas cidades ao seu redor.

O comércio regional acompanha a crise por que passa a agricultura com a perda das últimas safras, devido à sua dependência do setor primário, confirmada pelo número de armazéns e empresas comercializadoras de cereais e produtos alimentícios. Segundo a Câmara de Diretores Lojistas de Irecê, cerca de 50% dos empregados no comércio foram dispensados em 1995 e é elevado o quantitativo de falências no setor.
(SPÍNOLA, 1995 p.104).

Dessa maneira, a população vinda desses municípios circunvizinhos fazia suas compras de subsistência e supérfluas na cidade de Irecê, fazendo com que o comércio fosse crescendo aos poucos atraindo investidores locais, regionais e até nacionais.

A composição e a formação da população atuam diretamente nas características socioeconômicas de um território, bem assim de outros fatores como infraestrutura, serviços e políticas públicas. Na qualidade de grande produtor de feijão, o Território de Irecê contou com investimentos na área de irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual as pessoas encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura. Trata-se de um Território historicamente construído sobre o apogeu e declínio de monoculturas como algodão, feijão e mamona, que trouxeram importantes consequências tanto para atração quanto para expulsão de habitantes. (DOURADO, 2003, p. 41)

Os municípios pertencentes ao território, como é comum em todo sertão da Bahia, é composto basicamente pelo comércio e serviços, o que mostra a pouca diversidade da economia e também sua potencialidade. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2003), o PIB do setor produtivo oriundo da agropecuária representa (9%), comércio e serviços (37%), a indústria de pequeno porte (12%) e a administração pública (35%).

Dessa maneira, foi necessário o incentivo de outros tipos de atividades que não fossem ligadas ao campo e continuasse o desenvolvimento territorial, beneficiando o surgimento de renda e geração de emprego para outros tipos de empreendimentos, principalmente o comércio diversificado em atividades como os ramos varejista de vestuários, eletrodomésticos, alimentícios, beleza, entre outros, com uma enorme potencialidade regional no centro norte baiano, atraindo pessoas até de outras regiões como da chapada diamantina e médio são Francisco.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, seguindo a regra de todo semiárido baiano, é composto substancialmente pelo setor de serviços, o que revela a fragilidade da economia. Os setores produtivos – agropecuária e industrial – representam pouco mais de um quinto do total (21,1%). Essa fragilidade se reflete no PIB per capita extremamente baixo, o que retrata o nível de pobreza do Território. (CAR, 2002, p. 54)

Quadro 1: Evolução do PIB no Território de Irecê de 2009 a 2017

Cidades	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
América Dourada	52,07	60,40	66,46	67,64	76,84	88,55	103,62	120,76	124,28
Barra do Mendes	57,13	52,02	58,59	64,12	71,04	78,46	85,83	90,75	94,26
Barro Alto	64,77	45,61	52,82	55,29	63,45	71,55	79,35	82,38	88,28
Cafarnaum	93,73	61,81	75,45	77,09	96,14	115,74	138,40	242,50	270,61
Canarana	94,88	98,04	112,04	111,33	127,21	143,79	165,35	174,08	189,08
Central	65,95	65,54	80,35	77,82	94,52	111,23	133,51	142,29	147,65
Gentio do Ouro	30,56	32,66	38,23	42,19	46,97	52,99	57,57	197,59	205,80
Ibipeba	59,86	63,62	73,47	77,53	81,34	92,51	101,57	118,00	128,10
Ibititá	76,55	73,64	80,65	76,42	84,80	95,06	108,83	105,59	110,36
Irecê	500,98	540,33	625,20	727,41	842,77	899,89	983,84	1.016,28	1.030,89
Itaguaçu da Bahia	48,02	49,24	50,41	53,32	58,93	69,15	75,94	82,81	89,39
João Dourado	100,54	107,28	118,84	124,52	148,50	169,44	204,85	216,38	238,25
Jussara	52,56	51,65	61,25	65,30	74,32	84,52	90,79	94,04	96,47
Lapão	102,36	107,56	113,75	122,10	134,08	159,65	183,31	194,05	208,45
Mulungu do Morro	32,43	42,50	46,61	47,79	55,94	62,40	75,62	81,52	90,15
Presidente Dutra	44,13	56,19	67,95	69,82	73,11	85,61	94,15	98,56	100,17
São Gabriel	48,52	69,10	76,89	81,97	89,13	102,60	110,94	109,39	115,23
Souto	51,23	55,13	62,63	66,53	71,45	82,29	89,20	93,72	100,23

Soares									
Uibaí	48,56	53,35	59,24	64,86	74,61	83,46	89,31	96,53	103,56
Total do Território	1.660,78	1.863,93	2.106,03	2.288,35	2.622,97	2.950,27	3.276,08	3.679,90	3.956,56

Fonte: Instituto brasileiro de geografia e estatística. Calculado pela SEI

O quando acima aponta o desenvolvimento do PIB do território de Irecê no decorrer desses anos. Cada município com suas características distintas tem a evolução correspondente que ramo da economia está ligado, nota-se, que na maioria desses municípios o crescimento anual do PIB é pífio por conta que sua maior fonte de renda é a agricultura, já Irecê, tem uma evolução mais pomposa por conta do tamanho da cidade, comércio e pequenas indústrias.

Como já foi citado acima, o território tem um potencial para atividades não dependentes do setor agrícola, principalmente por grande diversidade comercial. O Território de Irecê está em constante desenvolvimento urbano e também com característica rural, contendo alguns municípios com desenvolvimento urbano sendo principalmente o maior grau em Irecê, por questões óbvias como densidade populacional, economicamente mais rica, cultural e de desenvolvimento, sendo o maior polo reunindo maior diversidade do comércio e dos serviços disponíveis no Território (bancos, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, lojas de pequeno e grande porte, meios comerciais de comunicação, etc). Com outros municípios de menor porte e de comércio pequeno, sendo, que na sua maioria caracterizam-se por atividades agrícolas.

A composição e a formação da população atuam diretamente nas características socioeconômicas de um território, bem assim de outros fatores como infraestrutura, serviços e políticas públicas. Na qualidade de grande produtor de feijão, o Território de Irecê conta com investimentos na área de irrigação, além de possuir boa estrutura de comércio e serviços, motivo pelo qual as pessoas encontraram espaço de emprego nos diversos setores do comércio, serviços e agricultura. (BAHIA, 2017, p. 15)

Sendo um território potencialmente voltado para o comércio, muitos lojistas e consumidores de toda a região procuram a cidade de Irecê - com aproximadamente 76 mil habitantes (IBGE/2017)- para adquirir produtos no vasto comércio, fazendo o capital monetário circular no próprio território. No Território de Irecê com uma

população de quase 500.000 (IBGE/2017) pessoas estabelecem moradia em Irecê e nas cidades vizinhas, sendo esses os principais consumidores dos produtos vendidos no Território. Depois do poder público, quem mais produz emprego na região são as empresas ligadas a vários ramos e setores do comércio e serviços, sendo que não são estritamente apenas dependentes do dinheiro gerado pela produção rural.

A tabela abaixo mostra a evolução populacional dos municípios do Território de Irecê entre os anos de 2009 e 2017, período este, que está sendo estudado nessa pesquisa.

Tabela 2: Evolução da população do Território de Irecê de 2009 a 2017

Cidade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
América Dourada	16.723	16.787	15.962	15.962	16.884	16.904	16.923	16.781	16.923
Barra do Mendes	14.458	14.459	13.950	13.914	14.684	14.540	14.526	14.570	14.526
Barro Alto	13.990	14.172	13.766	13.914	14.855	15.230	15.377	15.093	15.377
Cafarnaum	18.119	18.314	17.305	17.398	18.489	18.595	18.695	18.917	15.675
Canarana	25.557	25.935	24.252	24.430	26.006	26.200	26.382	26.702	26.383
Central	17.928	18.029	17.035	17.057	18.061	18.101	18.140	17.935	18.124
Gentio do Ouro	11.829	11.988	10.657	10.690	11.338	11.381	11.423	11.603	11.567
Ibipeba	17.466	17.666	17.145	17.277	18.398	18.540	18.674	18.563	18.687
Ibititá	19.286	19.410	17.801	17.763	18.752	18.740	18.727	17.957	18.733
Irecê	65.310	66.061	66.865	67.527	72.041	72.730	73.380	73.915	75.300
João Dourado	21.726	21.990	22.812	23.066	24.633	24.894	25.141	25.431	25.123
Jussara	15.229	15.204	15.028	15.004	15.848	15.844	15.841	16.006	15.898
Lapão	26.461	26.616	25.717	25.785	27.338	27.432	27.521	28.166	27.523
Mulungu do Morro	14.006	13.879	11.992	11.743	12.191	12.398	12.200	12.159	12.235
Presidente Dutra	14.264	14.306	13.779	13.807	14.629	14.672	14.712	15.699	14.745
São Gabriel	19.050	19.099	18.429	18.430	19.495	19.519	19.542	19.594	19.567
Souto Soares	18.992	19.407	15.986	16.069	17.073	17.239	17.332	17.419	17.398
Uibaí	14.160	14.203	13.634	13.642	14.436	14.460	14.483	14.454	14.408

Fonte: instituto brasileiro de geografia e estatística. Calculado pela SEI

Esses municípios que fazem parte do Território de Irecê também eram fortes produtores de feijão e antigamente eram conhecidos como a “região do feijão”, os vários problemas enfrentados por estes municípios são bastante comuns aos repetidamente encontrados em diversas outras regiões do semiárido da Bahia. No entanto, no sentido técnico-produtivo foi detectada a fragilidade do cultivo do grão diante das secas por conta da diminuição dos regimes regulares das chuvas. Couto(2006) mostra que as atividades agrícolas foram perdendo força com relação à produção de feijão, além da diminuição do regime de chuvas existiu também a organização e mobilização dos agricultores para a comercialização do feijão, isso foi de suma importância para a expansão da atividade do comércio no Território permitindo o desenvolvimento local e o aumento da renda dos municípios acima demonstrados. Ruben (2013) salienta que existem compromissos das entidades com o desenvolvimento do Território e leva suas origens a cada uma delas, aumentando esforços ao longo do tempo para propiciar mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas em longo prazo.

É preciso sobrelevar que o desenvolvimento do território de Irecê advém de uma busca da sociedade civil organizada e também da conscientização dos Poderes Públicos Municipais, sendo muito relevante para que a atividade econômica do comércio fosse eficiente e rentável; logo, todas essas ações ocorrem de maneira recorrente e não apenas no momento esporádico, principalmente quando grande parte da população ainda não transita em uma economia estável, onde, a mesma esta em franco desenvolvimento.

Conforme estudos da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2000), a expansão demográfica dessa área mantém relação com o crescimento da economia regional. Destacando três períodos bastante relevantes: 1º) até a década de 1940, a região possuía pequena população e a agricultura era voltada essencialmente para a subsistência (milho, feijão e mandioca); 2º) entre 1980 até final de 1990 deram-se saldos migratórios devido à expansão da agricultura comercial e à introdução de técnicas nas atividades produtivas, porém, ainda dependente de chuvas e políticas agrícolas de financiamento do Governo; 3º e depois dos anos 2000 apresentaram taxas de crescimento tanto na economia como demográfica superior ao do Estado, incentivadas pelo forte crescimento do comércio local tendo abrangência regional.

Com isso, houve processo de transformação e transição da forma de organização e representação dos interesses políticos locais. Trata-se, ainda, da aprovação de um dimensionamento institucional que, mesmo pensado em termos econômicos, implica em aceitação e adequação da sociedade local pra uma transição positiva que, de certa forma, mesmo contrapondo os tempos do auge do cultivo do feijão, a transformação pra Território do comércio e serviços foi de grande valia levando em consideração a grande circulação de capital, geração de empregos, crescimento cultural e educacional formulando proposições e participação ganhando peso a nível estadual.

Spínola (1995) ressalta que a força polarizadora de Irecê se reflete também na cidade, com o mesmo nome e uma população que representa apenas 14% do total regional, mas com uma dimensão de cinco a sete vezes o tamanho das demais sedes municipais que compõem o Território. Com um comércio bem superior em número de estabelecimentos e oferta de serviços básicos, a Cidade de Irecê atende pessoas de todos os municípios vizinhos, necessitando, portanto de uma atenção especial dos órgãos públicos.

O desenvolvimento do comércio esteve, portanto, atrelado ao crescimento e ao mesmo tempo da queda da agricultura, no sentido que, o declínio do feijão surgiu como impulso para novos investimentos, neste caso, o comércio. Ficando evidente que essa fase de transição precisou de investimento maior por parte dos governos municipal, estadual e federal com incentivos de crescimento criando novas alternativas para substituir o setor agrícola, evitando a migração de pessoas para outras regiões ou estados do Brasil e promovendo o aquecimento da economia local.

3 FINANCIAMENTO DA CULTURA NA BAHIA E NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

Os investimentos em cultura na Bahia sempre foram um dos menos privilegiados quando nos referimos ao orçamento destinado a ela, e isso é notório em qualquer esfera do governo. Atividade cultural, como qualquer outro setor da sociedade, precisa de investimentos de programas de fomento para que com isso adquira crescimento (SECULTBA, 2015). A Bahia é um estado que possui políticas bem estruturadas com relação ao investimento e financiamento da cultura, tanto com o próprio governo investindo ou dando incentivos para empresas privadas investirem através da redução nas cobranças de tributos ou com programas de incentivos com recursos oriundos dos cofres do mesmo governo do Estado da Bahia (LIMA, 2009). Dessa maneira, a propensão de crescimento de manifestações culturais beneficiadas através desse tipo de incentivo foi crescendo com o decorrer dos anos, principalmente quando considerado territorialização dos investimentos em atividades culturais nos vinte e sete territórios de identidade da Bahia.

Com o objetivo de beneficiar projetos culturais da capital e do interior, o Governo de Estado da Bahia lançou um investimento de quase R\$ 40 milhões destinados à manutenção de manifestações culturais da Bahia. “Do valor total, R\$ 31,6 milhões são provenientes de recursos das empresas Coelba e Oi e R\$ 8 milhões obtidos junto ao governo federal. (GOVERNO.. , 2016).

Com as várias festas populares existentes nesse estado multicultural, o investimento se tornou um fator preponderante para o prosseguimento de políticas culturais. Para remediar tal situação, surgiram os incentivos fiscais, que tem como principal objetivo estimular o subsídio de recursos adicionais das empresas.

No cenário baiano, manifestações culturais chamam atenção do próprio governo, com relação ao poder econômico que elas possuem. Freire (2008) diz que é papel do Estado o investimento como uma forma de preservação do patrimônio simbólico da sociedade e também como promovedor de desenvolvimento, sendo também papel do Estado preservar a expressão dos segmentos da sociedade, a difusão da cultura como uma geradora de renda, a afirmação das identidades culturais e da diversidade.

No território de Irecê foram criadas várias estratégias para o desenvolvimento da cultura regional, entre elas os conselhos municipais de cultura que juntos com a secretaria de Cultura de seus respectivos municípios constroem propostas para ampliar e melhorar esse tipo de atividade; e principalmente a criação do Consórcio Regional de Cultura que contempla representantes das secretarias de todos os municípios do Território de Irecê, que, junto com o diretor do Território de identidade Cultural 1 (Irecê) formulam propostas para conseguir investimentos junto a SECULT-BA e a SETUR-BA. De acordo com a Secretaria de Cultura da Bahia, houve suporte para elaborar, acompanhar e aumentar o potencial de desenvolvimento econômico e social que o território possui através da cultura. Nessa perspectiva de amplificação, como consequência lógica, é o que vem acontecendo com o progresso da cultura (SECULT-BA, 2015).

Silva (2007) enfatizou que a construção de um Sistema de Financiamento Cultural nos territórios dispôs de várias estratégias para proporcionar um acompanhamento necessário que tem capacidade de analisar o desenvolvimento das várias políticas, se atingiram seus objetivos declarados, financiando e proporcionando resultados alcançados, enfim, do esforço do setor público.

Nos últimos dez anos o Território de Irecê com 18 municípios pertencentes vem recebendo um investimento eficaz para suas ações e projetos que são desenvolvidos em cada município, sendo que, cada um possui capacitações e movimentos culturais distintos como é comum em municípios de pequeno porte no interior baiano, entre esses projetos estão: os Carnavais fora de época de Barra do Mendes, Canarana, Lapão, Ibipêba e Jussara; os festejos juninos das cidades de Cafarnaum, Irecê e Lapão no (distrito de Belo Campo), Festa de São Pedro de América Dourada; festas de comemoração de lavouras nas cidades Ibititá, João Dourado e Presidente Dutra; conservação do Museu arqueológico a céu aberto de Central e Museus e bibliotecas em todos os municípios do Território. É notório que o financiamento em ações e projetos neste território tem ajudado na evolução econômica das cidades nos períodos de realizações de festejos.

Freire (2008) diz que para o desenvolvimento de uma política cultural, a definição de cultura territorial é algo fundamental que segue desde a ordem até a execução,

sendo que, existem diferentes concepções de cultura de onde surgiram a políticas culturais distintas.

A organização de grupos sociais e políticos construíram no primeiro passo o Território de Identidade 1, vários caminhos para manter seus projetos culturais. De fato, são observadas no Território algumas iniciativas visando às articulações que ultrapassam os limites de cada município, que, com o Consorcio Regional de Cultura, encontraram políticas de financiamento e desenvolvimento cultural para manutenção de iniciativas culturais. A própria discussão dos problemas culturais dos municípios – que possuem realidades semelhantes – estimula a mobilização conjunta dos agentes e instituições para encontrarem soluções adequadas aos anseios de cada município do Território.

Abramovay (2001) fala que a multiplicidade do conselho de cultura torna menos exigente para assegurar a liberação e gestão de recursos para os municípios. No entanto, o simples fato de recursos serem destinados a um município passarem pela mediação de um conselho formado por representantes da sociedade local já constitui uma inovação organizacional significativa.

Rubem (2011) diz que com a ascensão do desenvolvimento e as diretrizes para a execução de políticas públicas para a cultura, trouxe uma maior facilidade e rapidez para obter recursos oriundos do poder público para ações e projetos culturais com a democratização dos mecanismos de investimentos. Antigas práticas, o favorecimento a tal município por conta de representantes políticos, que não foram completamente apagadas, são revistas para o território e, com isso, agora os recursos são obtidos para todo o Território de Identidade, diminuindo a segregação de municípios que não tenham força representativa.

3.1 BREVE PANORAMA DE AÇÕES DA CULTURA NA BAHIA

É perceptível que com a criação da Secretaria de Cultura da Bahia em 2007, houve uma maior aproximação da sociedade com os recursos destinados /á manifestações culturais, onde, quem assumiu a pasta foi o diretor teatral Marcio Meirelles, que

propôs uma mudança fundamental nas políticas culturais no Estado. A partir daí, vários conceitos e práticas antes exercidas no setor cultural foram reorganizados, sendo que assim, aconteceu uma iniciativa mais estadualizada e participativa dos municípios de Estado (ROHODE; RUBIM, 2008). Ainda segundo a Secult-Ba (2009) já na segunda gestão do Governo Jaques Wagner no início de 2011, Albino Rubim assumiu a secretária e deu continuidade a aproximação entre sociedade e cultura, distribuindo melhor aos recursos para cultura deixando de ser um instrumento centralizado passando a ser distribuída e financiada em todo Estado da Bahia.

Note-se que a permanência dessas práticas causa confiança e motivação quanto à manutenção de políticas culturais, uma vez que as metas de desenvolvimento, de forma igualitária, etc., passaram por uma organização administrativa.

[...] Politicamente, o projeto de governo hegemônico se fortalece com essa estratégia de atuação, devido, dentre diversos fatores, à possibilidade de romper com a dependência e mediação de grupos oligarcas tradicionais locais de Cultura para definir e executar suas políticas públicas. Isso não quer dizer que os grupos oligarcas tradicionais perderam totalmente seus poderes de influenciar e gerir as políticas públicas Cultura. Mesmo, ocupando o espaço da comunicação de massa através de rádios e ou sítios na internet para fazerem a disputa política e de poder nos territórios, a Cultura deixou de ser centralizada. (OLIVEIRA NETO, 2015, p. 29)

Depois de organizada e estruturada a Secretaria de Cultura da Bahia trabalhou de forma concisa e atrelada a outros órgãos federais, conseguiu investir e logrou ótimos resultados na criação e institucionalização da Cultura. Dessa forma, foi necessário realizar, encontros de setores como as Conferências de Cultura, promovendo o Sistema Estadual de Cultura e a Lei Orgânica da Cultura, aprovada em 2011, conseguindo seguir com a cultura deixando-a de ser apenas um instrumento no conjunto das políticas governamentais para se tornar um meio potencialmente econômico e social tendo mais investimentos e reconhecimento da importância da área por parte do Governo baiano (RUBIM, 2007).

Miranda e Tibúrcio (2008) destacam que o intermédio da gestão pública tem o objetivo de agir como incentivadora, facilitadora, promotora e articuladora dessas iniciativas e ações econômicas, culturais e sociais; sendo que, só assim consegue disseminar a cultura nos territórios de identidade. Unindo os processos de

arrecadação produtiva ou de investimento privado, até os mecanismos de mobilização do capital social e cultural consegue-se formar a base de estratégias de desenvolvimento que é de responsabilidade do Estado, garantindo condições de financiamento de ações e projetos ligados a cultura em todo o território da Bahia cobrindo todas as regiões.

Com a mobilização da SecultBa e criação de vários mecanismos de fomento a cultura na Estado da Bahia, é notório que os municípios vem conseguindo se integrar ao sistema de cultura desenvolvendo e promovendo as políticas culturais no regime municipal com mais facilidade e rapidez, desde que começou essa parceria com o Governo estadual a partir da criação de aparelhos institucionais que dão apoio técnico a seus agentes culturais. De acordo com a Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT 2015) o investimento destes programas no Território de Irecê entre os anos 2009 e 2010 foi de R\$ 7,1 milhões, sendo R\$ 1,1 milhões do MinC e R\$ 6 milhões do estado junto a Secretaria de Cultura principalmente através do Programa Fundo de Cultura, compreendendo diversas manifestações culturais, sendo outros passados pra manutenção de instrumentos de cultura.

No movimento histórico do surgimento de políticas específicas para o investimento da cultura no Território de Irecê é importante destacar as políticas estruturadas que ocorreram ao decorrer dos anos de 2009 a 2017. A primeira delas e a principal foram à evolução dessas manifestações culturais no Território, por meio dos incentivos recebidos pelo governo. Seu intuito principal foi estabelecer melhorias e garantir os recursos para o apoio às atividades culturais. Fernandes (2008) elencou que todas estas fontes financiadoras disponibilizadas para o investimento da cultura no Território foi para reconhecer que isso significa que a principal política para a cultura na Bahia era financiada por recursos destinados ao turismo Cultural. Isso vai se confirmando com a evolução das atividades e projetos culturais nesses municípios no decorrer dos anos com a transformação dos Territórios de Identidade: a cultura como diferencial para atração de investimentos.

Dessa forma, é notável a busca para promover o desenvolvimento de projetos de cultura e sua regionalização na Bahia, através do segmento dos Territórios de Identidades unificando municípios a eles pertencentes aumentando a capacidade de obter financiamento e geração de empregos.

Atualmente, a prática econômica de base local no Território de Irecê está evidenciado pelo incentivo a iniciativas de projetos e ações culturais que se contemplam com esses recursos oriundos do Fundo de Cultura, maximizando as potencialidades de produção, economia, serviços e consumo locais. Nesse sentido Zardo e Melo (2010) indicam que esses investimentos é o fator que faz a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de desenvolvimento Local. Ou seja, quanto maior o envolvimento da comunidade no processo, maior capacidade de conseguir benefícios para o Território.

Atualmente o investimento público à cultura nos Territórios de Identidade se dá principalmente de três formas: via incentivos fiscais; via recursos orçamentários; via fundos de investimento. Com isso, percebe-se que os municípios desse Território de Identidade vêm tentando se integrar ao sistema de cultura para angariar recursos para seus projetos culturais ao longo desses do período citado, conseguindo apresentar ações e projetos culturais no âmbito de seu município de maneira mais democrática, a partir dessa articulação com o Consórcio Regional de Cultura do governo do Estado da Bahia junto ao Programa Fundo de Cultura.

Os fundos constituíram um valioso recurso para agilizar a execução orçamentária e financeira nos tempos em que a centralização dos processos e as restrições dos meios de comunicação retardavam as ações da administração pública (SANCHES, 2002, p. 285).

Foi visto que os recursos conseguidos pelos municípios são usados de acordo com as necessidades e demandas locais. Assim, a política de desenvolvimento territorial da cultura tem modificado a maneira de angariar recursos no cenário cultural do Território de Identidade 1.

3.2 MECANISMOS DE INVESTIMENTO EM CULTURA NA BAHIA E NO TERRITÓRIO DE IRECÊ

De acordo com a Secult-Ba (2013) a parceria com o Governo do Estado vem de forma conjunta construindo e planejando mecanismos de institucionalização da Cultura através de vários programas de fomento e incentivos culturais. Desde a criação da Lei Orgânica da Cultura até a criação do Programa Fundo de Cultura, FazCultura, Clique fomento, entre outros.

As diversas e distintas atividades culturais proporcionam o desenvolvimento em vários aspectos econômicos incluindo o desenvolvimento ambiental, social e político, aonde, o governo baiano vem se destacando especificamente para ampliar e democratizar a produção e o acesso a bens culturais aumentando a atividade econômica através da cultura. (SECULT, S/D)

Na Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado é o órgão regulador que acompanha todos os projetos apoiados pelo Governo. Com isso, para aprimorar, ampliar e aproximar a cultura em todas as regiões do Estado foi criado Territórios de Identidade, e, a partir daí foi constituído um representante territorial da Secult para cada Território. Isso desmistificou o conceito de centralização da cultura que antes era atribuída apenas a capital Salvador e cidades de grande porte, usando a política de descentralização, conseguindo um diálogo mais abrangente e próximo com a sociedade civil e com os poderes públicos municipais. Assim, aos secretários municipais mostram os projetos e programas que ajudam atrair e fomentar as ações culturais no Estado, buscando um acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos projetos a serem contemplados. Lima (2009) salienta que Secult-Ba buscou um critério fundamental na construção e investimento cultura cidadã, onde, vai permitir a todos os municípios o acesso às diversas modalidades de experimentação cultural, participação na construção da política estadual de cultura e no financiamento dos direitos culturais.

[...] experiências práticas que articulam cultura e desenvolvimento, quer no âmbito das políticas públicas governamentais, quer, também, no campo de ação de múltiplas agências e organizações da sociedade civil, cujos recortes específicos increvem-se, regra geral,

na perspectiva do desenvolvimento local sustentado (MIGUEZ; LOIOLA, 2007, p.1)

É notório que o financiamento é uma das dimensões primordiais da economia da cultura e busca modalidades distintas que unam estados e sociedade.

[...] aprofundamento da territorialização da cultura, fortalecimento da institucionalidade cultural, crescimento da economia da cultura, ampliação do diálogo intercultural e o alargamento das transversalidades da cultura. Ainda em 2011, a aprovação da Lei Orgânica da Cultura da Bahia (Lei 12.365 de 30 de novembro de 2011) foi mais um passo importante na concretização dessa política cultural, sempre preocupada com a participação social na gestão pública da cultura. Vale destacar também a recente aprovação do Plano Estadual de Cultura da Bahia (Lei 20.864/2014), em 05 de novembro de 2014 - Dia Nacional da Cultura. O Plano é fundamental para garantir uma maior estabilidade às políticas culturais no estado, já que tem vigência de dez anos e dialoga com o Plano Nacional. (SANTOS, 2015. p, 18)

No que diz respeito ao investimento de ações e projetos no Território de Irecê, o mecanismo mais utilizado é a parceria dos municípios com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, através de vários programas de fomento e incentivo. Comumente as ações culturais nesse território são aparadas por programas geridos pela SecultBA, como o Fundo de Cultura, FazCultura, Bahaiatursa, entre outros. Poucos municípios têm condições de realizar festejos com recursos próprios, assim, é necessário o suporte de mecanismos utilizados pelo governo do estado. Zardo e Mello (2010) dizem que são necessários três fundamentais papéis da Cultura que merecem enfoque pela sua ajuda positiva ou negativamente, como impulsionador de desenvolvimento socioeconômico local: cultura como identidade formadora de um povo; como marca diferenciadora de um território; e como indústria criadora de valor.

A Bahia criou projetos de leis de incentivo e fomento à Cultura, alguns antigos e outros mais modernos. O programa que foi aqui estudado o Fundo de Cultura instituído pela Lei 9.431/2005² tem como objetivo que uma parcela da arrecadação do ICMS do Estado seja investida na área cultural facilitando o acesso a recursos pelos municípios de cada Território, esses projetos financiados são aqueles de relevância e apelo mercadológico com dificuldade de conseguir patrocínio junto à iniciativa privada. O Programa Fundo de Cultura é gerido pela Secretaria da Cultura.

² Lei Nº 9.431 de Fevereiro de 2005. Cria o Fundo de Cultura da Bahia – FCBA e da outras providências.

Lima (2009) lembra que o financiamento das manifestações culturais sempre foi um gerador de polêmica, pois tem os que defendem que a cultura deve ser apoiada pelo poder público, porque faz parte da identidade e do prestígio nacional.

Estimular a participação da população e dos municípios nas etapas de criação, execução e acompanhamento das políticas de financiamento culturais foi um fator importante para manutenção de manifestações culturais na Bahia.

4 TERRITORIALIZAÇÃO DA CULTURA E O FUNDO DE CULTURA NA BAHIA

Como já citado nos capítulos anteriores, com o intuito de democratizar e institucionalizar a Cultura em todo o Estado da Bahia foi criado os territórios Cultural de Identidade para padronizar o planejamento do Governo, com isso, agregar e viabilizar as políticas públicas de forma mais ativa e dar suporte para que elas possam ser implementadas em conjunto com os Territórios de Identidade e seus municípios pertencentes, reparando demandas oriundos do Governo, dos municípios e da sociedade civil. Os territórios de Identidade foram criados a partir de um decreto, onde é considerado Território de Identidade o conjunto identitário municipal construído de acordo com vários critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, distinguindo pela sua população como o espaço historicamente composto ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social, territorial e econômicas.

O território é conceituado como um espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política, as instituições e, uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (BAHIA, 2010)

Houve uma modificação no padrão das políticas públicas voltadas para o investimento da cultura, no sentido do Estado ter um papel na definição de Territórios de Identidade, de não haver essa ausência do Estado com relação a apoiar projetos culturais, de modo que praticamente a política cultural ficou muito voltada para os programas de fomento a cultura nos territórios e, para apoiar os municípios que estavam precisando de recursos.

SECULTBA (2015) diz que nessa perspectiva adotada, conseguiu a “descentralização e democratização” dos fundos de cultura com conferências municipais, regionais e estaduais, bem como de cargos de representantes territoriais da cultura. Outro processo dentro dessa lógica é a estadualização e a municipalização das políticas culturais, dando maior poder a essas instâncias de governo para definir e elaborar as políticas de desenvolvimento cultural. Outra vez, se assume a importância da cultura para o processo de desenvolvimento do País,

para o processo de desenvolvimento local, e, como tal, fazendo parte da política estratégica do governo.

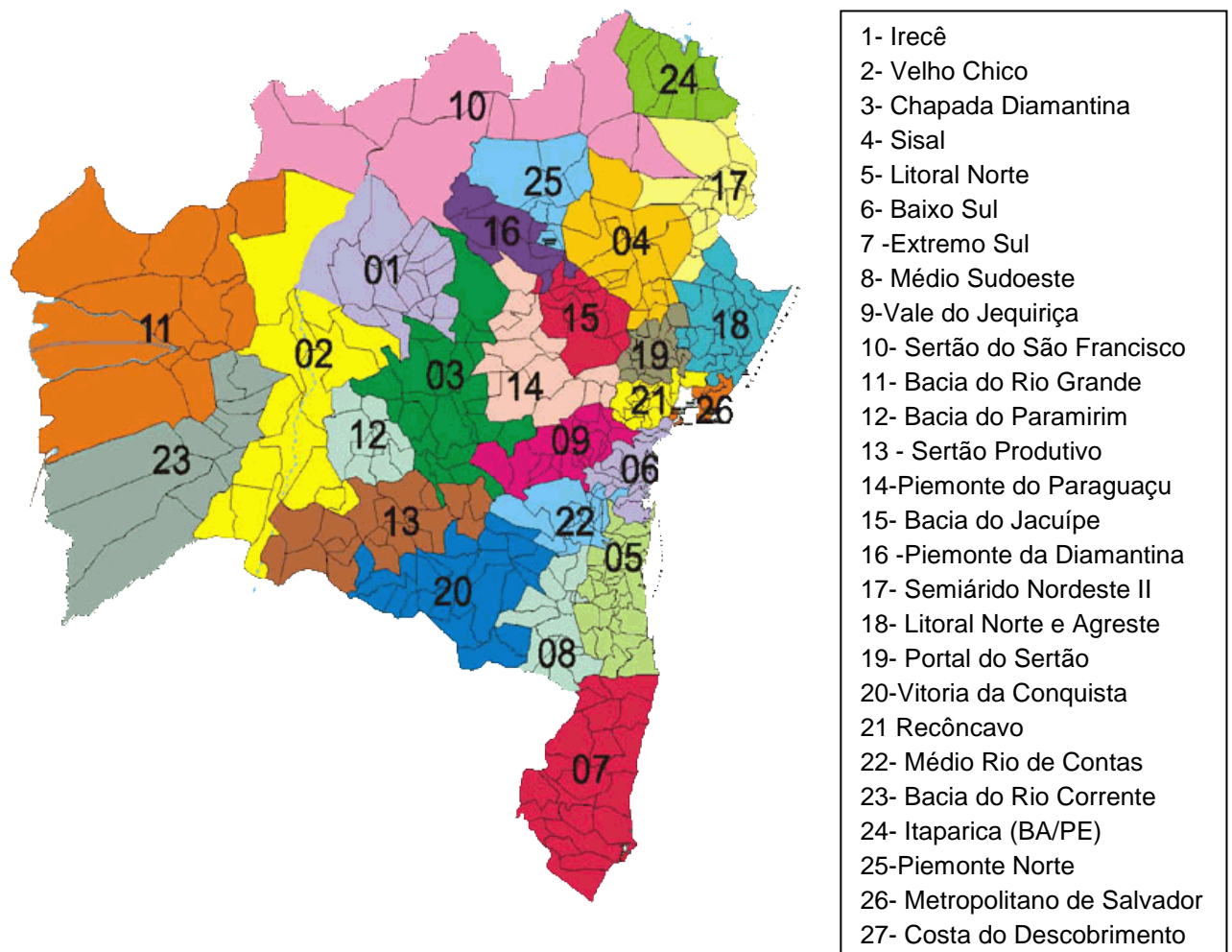
Do ponto de vista político, econômico e social, a escolha do território como espaço da “nova intervenção” estatal para o desenvolvimento de regiões não deixa de ser uma inovação importante para desenvolver a cultura do Estado. Pois, diferente do ocorrido no Século XX – quando se tratava dessa temática, onde geralmente apenas intelectuais e grandes centros urbanos podiam participar do acesso a recursos para cultura, a participação da sociedade civil e municípios de pequeno porte nos espaços de concertação e planejamento cultural nos territórios foi conquistada. (OLIVEIRA NETO, 2015, p. 29)

De forma inovadora as políticas de implementação dos territórios começaram a mostrar as diferenças das várias secretarias do Estado, como a secretaria de planejamento (SEPLAN) e da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT). Assim, deu início a essa regionalização, inclusão e acesso aos investimentos culturais que eram propostos pelo Programa Fundo de Cultura. Com isso, a SECULT-BA passou a ser uma das primeiras pastas inovadoras a territorializar suas ações e projetos com intuito de financiar todos os 417 municípios do Estado.

Santos (2014) deixou claro que essa política desafogou o balcão de projetos e tornou pública e cultural o acesso ao investimento, aprovando projetos e fomentando o desenvolvimento cultural, construindo relações dentro e fora do governo com os municípios pertencentes a cada Território.

Apesar da variação de estrutura e volume de recursos executados pelo FCBA, podemos afirmar que eles configuram um interessante mecanismo de fomento à cultura no Estado, por existirem em todos os Territórios de Identidade e ser o instrumento com perspectiva de ser mais democrática de acesso a recursos públicos para ações e projetos culturais.

Ao incorporar a divisão territorial como parte da estratégia de desenvolvimento, nota-se a figura abaixo a divisão dos Territórios de Identidade da Bahia. De modo a adequar as diferenças encontrados em meio à diversidade do Estado.

Figura 2: Territórios de Identidade de Cultura da Bahia

Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia

A figura deixa em evidência a divisão dos territórios de identidade da Bahia, onde são escolhidos e conceituados como um espaço físico, geograficamente definido, denominado por critérios diversos, sendo eles: o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura. Assim, pode diferenciar um ou mais elementos que mostram essa identidade, simetria social, cultural e territorial.

Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (BAHIA, 2013)

Silva (2007) mostrou que a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia buscou consolidar e abranger o processo de territorialização da cultura, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento territorial da cultura (SUDECULT) e atrelada a ela a Diretoria de Territorialização da Cultura (DTC), que tem como objetivo uma aproximação maior com os territórios e buscando ações pertinentes de diálogo de políticas de investimento, social e econômica com os representantes territoriais e gestores municipais de todos os 27 territórios de identidade.

Quadro 2: Investimentos recebidos pelo FCBA de 2009 a 2017³

Ano	Recursos R\$
2009	30.000.526,00
2010	32.759.256,23
2011	30.024.255,24
2012	31.610.580,54
2013	38.250.000,00
2014	40,162.666,10
2015	42.190.777,00
2016	45,555,274,89
2017	45.000.000,00

Fonte: SEI-BA (2017)

O quadro acima mostra a evolução dos investimentos do Fundo de Cultura da Bahia no decorrer dos anos de 2009 e 2017. Notadamente que houve um crescimento e também retração do financiamento de acordo com cada ano.

Assim, foram criadas as representações territoriais de Cultura (RTC's), que tem como objetivo coordenar e gerir as ações relacionadas a cada território representado Junto à Diretoria de Territorialização da Cultura (DTC).

³Todos os dados trabalhados nesse trabalho são em valor nominal por não considerar a evolução dos preços na economia, ou seja, a inflação.

De acordo com a Lei Orgânica da Cultura (2012) as principais funções das RTC's são:

- Articular relações dos segmentos culturais entre os municípios do território com vistas a consolidação do Sistema Estadual de Cultura;
- Estimular gestões participativas da cultura nos territórios;
- Promover e apoiar a articulação e o dialogo contínuos com representações do Estado e organização da sociedade civil dos territórios;
- Difundir e divulgar ações e projetos da SecultBa;
- Dar suporte para ações da Secretaria se concretizem;
- Captar demandas da sociedade civil e promover sua integração nos planos territoriais de cultura e nas ações da SecultBa;

Tudo isso com intuito de democratizar e deixar a cultura mais descentralizada e aos investimentos possam ser mais bem distribuídos através de ações e projetos.

4.1 HISTÓRICO DO FUNDO DE CULTURA NO TERRITÓRIO DE IRECÊ E NA BAHIA

Lima (2009) diz que o Fundo de Cultura é administrado pela Secretaria de Cultura da Bahia e apoia projetos nas áreas culturais, é tido como projeto referência na Bahia e em outros estados da federação por conta de seu grau de investimento e satisfação.

Em uma sociedade moderna uma política cultural democrática deve ser eficiente e colocar a cultura como um direito de todos, e como parte dessa modernidade, os programas culturais de incentivo também devem ser direcionados de forma que todos tenham acesso.

Com o objetivo de incentivar e estimular as produções artístico-culturais baianas, o FCBA é gerido pela Secretaria de Cultura, em articulação com a Secretaria da Fazenda. Custeia sem reembolso, total ou parcialmente, projetos e atividades estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado. "As propostas culturais financiadas pelo Fundo são, preferencialmente, aquelas que apesar da importância e do seu significado, possuem insuficiente apelo mercadológico, o que dificulta a obtenção de patrocínio junto à iniciativa privada. (BAHIA, 2015)

O Fundo de Cultura da Bahia que foi criado em 2005, através da Lei 9.431 de 11 de fevereiro de 2005 cumpria o termo de adesão ao Sistema Nacional de Cultura implementado durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura com recursos orçamentários oriundos do governo estadual e com modelo de gerenciamento semelhante ao adotado pelo Fazcultura (PEDRA, 2009). O programa destina recursos a projetos culturais com o objetivo de incentivar e estimular a produção artística cultural, o qual tem como objetivo principal fomentar e estimular a produção cultural em toda Bahia, que tem dificuldade de inserção no mercado de patrocínio privado. Segundo a SECULTBA (2007) O fundo é administrado pela Secretaria de Cultura e apoia projetos e todas as áreas culturais, além de saberes e fazeres, apresentados por artistas, produtores e gestores culturais domiciliados na Bahia.

O projeto é atuante no Estado da Bahia tanto na capital como no interior, realizando vários editais de financiamento por ano. SECULTBA (2013) diz que o Fundo de Cultura disponibilizou R\$ 38,25 milhões para projetos artístico-culturais escolhidos através de edital público entre os anos de 2015 e 2016. Após a seleção dos projetos contemplados é realizada por comissões de seleção independentes, que possuem pelo menos 2/3 da sociedade civil, com pelo menos dois deles indicados pelo Conselho Estadual de Cultura.

Há muitos questionamentos a respeito do sistema de seleção através de editais, mesmo sendo esse instrumento muito eficiente, tendo em vista que esse modelo não pode se transformar em uma solução generalizada. Com isso, causa alguns questionamentos em relação a esse instrumento, indagando se ele seria realmente a melhor maneira para instaurar uma política cultural inclusiva (PEDRA, 2013).

Entretanto, no caso do FCBA, acreditamos que o problema não está apenas no instrumento “edital”, que de certa forma exclui parte dos fazedores de cultura. Esse acordo segue as mesmas regras de um convênio público, exigindo que o beneficiado tenha plenos conhecimentos sobre como o recurso deve ser usado. E por fim, a necessidade de apresentação de prestação de contas, etapa que comprova o quanto os proponentes desconhecem as regras para utilização de recursos públicos. (PEDRA, 2013, p. 12)

Desde que foi criado, o FCBA sofreu diversas alterações que buscavam interferir na forma de distribuição dos recursos. A última dessas alterações foi realizada em

2009, tendo várias mudanças acertadas, sendo que a mais significativa foi à alteração nos critérios para pontuação dos projetos, levando-se em consideração o local de realização das propostas (SECULTBA, 2015). Com isso, foi possível amplificar os recursos destinados aos territórios de identidade e a aproximação entre investimento e território tornou o acesso a recursos mais possível pra os 27 territórios de identidade. No caso do Território 1 referente ao de Irecê, a chegada de recursos de acordo com a análise de dados feita pelo autor, chegaram gradativamente.

Estudos recentes indicam que o setor cultural é um dos segmentos que mais emprega na atualidade e que a divisão de Territórios de Identidade fez a Bahia constituir-se no 3º pólo de produção cultural do País. Nesse sentido, os programas de investimentos e financiamentos como o Fundo de Cultura apoiando e difundindo iniciativas que permitam cada vez dar apoio a produtores e artistas, de forma especial aos emergentes. (BAHIA, 2015, p. 12)

É perceptível que a redemocratização e a descentralização dos instrumentos de promoção de cultura no Estado da Bahia permitiram, portanto a concepção, estruturação e operacionalização da territorialização da cultura, já que se multiplicaram nos vinte e sete territórios de identidade a capacidade de obter recursos vindos dos investimentos provenientes dos destinados pela Secretaria de Cultura do estado da Bahia.

4.2 TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE CULTURA 1 DE IRECÊ-BA

Buscando suprir lacunas e com a impossibilidade da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia conseguir apoiar ações e projetos culturais em muitos municípios, foram criados os territórios de identidade cultural em todas as regiões potencialmente ativas e econômicas na Bahia, como já foi apresentado anteriormente. O intuito foi suprir com financiamentos todos os 417 municípios baianos, normatizando espaços e atividades culturais. Assim, o território de Irecê conseguiu mais apoios para seus projetos advindos da Cultura selecionando editais de grande parte dos municípios pertencentes ao Território, potencializando os espaços já existentes através do financiamento específico de sua programação e

projetos. Santos (2014) frisou que o FCBA ajudou na coordenação e realização de ações Culturais e editais do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) que também norteou o território de Irecê na elaboração de projetos culturais.

Quadro 3: Manifestações culturais do Território de Irecê

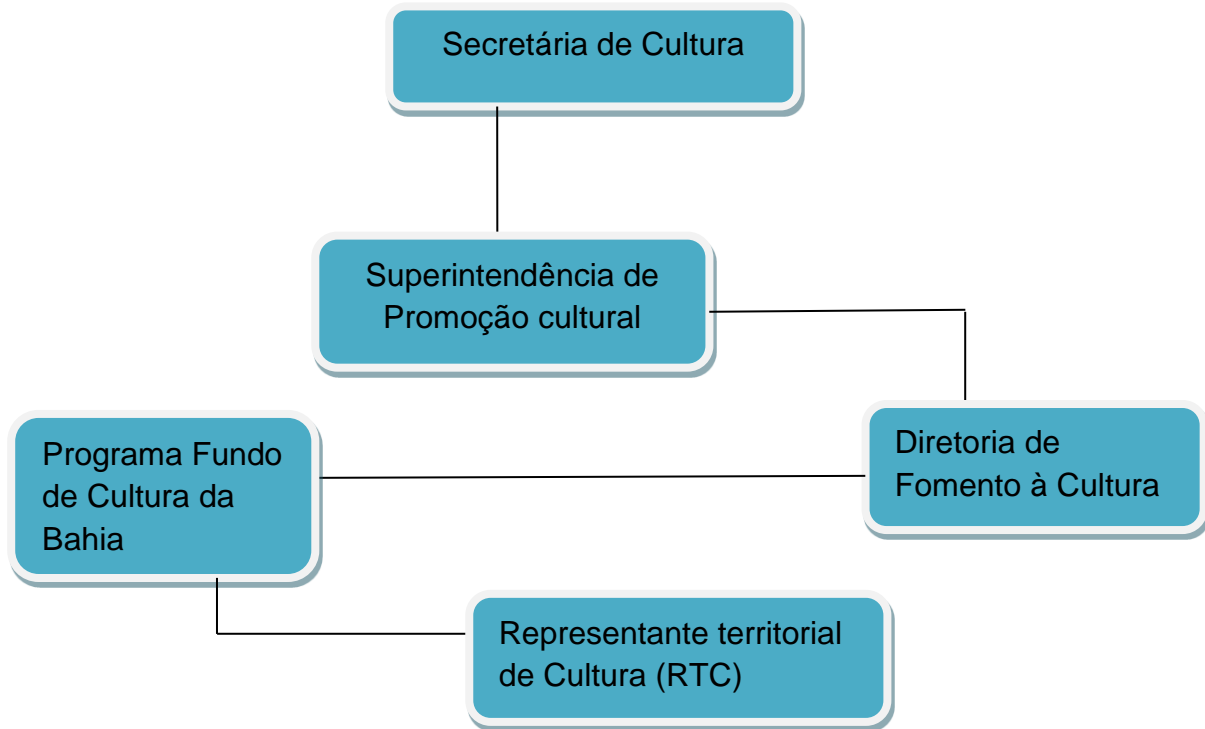
MUNICÍPIOS	MÊS	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
América Dourada	Junho	São Pedro
Barra do Mendes	Fevereiro	Carnaval
Barro Alto		
Cafarnaum	Junho	São João
Canarana	Julho	Micareta
Central		Museu Arqueológico
Gentio do Ouro		
Ibipeba	Novembro	Micareta
Ibititá		Filarmonica
Irecê	Maio/Junho	Aniversario da cidade/ São João
Itaguaçu da Bahia		
João Dourado	Maio	Festa da cebola
Jussara	Julho	Aniversario da cidade/ São João
Lapão	Fevereiro/ Junho	Carnaval antecipado/ São João de Belo Campo
Mulungu do Morro	Junho	São Pedro
Presidente Dutra	Abril	Rainha da pinha
São Gabriel	Maio	Cantoria
Souto Soares	Junho	São Pedro
Uibaí		

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro 4 exposto acima retrata as manifestações culturais referente a cada município do território de identidade cultural de Irecê, de acordo com os meses do ano e, como é notório, têm municípios com mais de uma manifestação cultural e outros sem nenhuma.

Abaixo será exibido um Organograma de como funciona a composição do Fundo de Cultura da Bahia e toda sua estrutura e, é a partir desse modelo que são ordenados e destinados o financiamento de cultura no Estados e nos Territórios de Identidade. Essa hierarquia serve como base para que se possa melhor gerir os investimentos destinados para ações e projetos culturais.

Organograma do Programa Fundo de Cultura da Bahia



Fonte: Criado pelo autor

Com a territorialização da Cultura numa perspectiva de prevaecimento da cultura em todos os cantos do Estado, no ano de 2008 o território de identidade em Irecê recebeu um investimento maciço em Cultura no que abrange seus municípios pertencentes, mesmo que, de certa forma, alguns municípios não foram contemplados com esses recursos. Como esperado, o município de Irecê por ser o maior do território foi o maior contemplado com esse recurso para investir em manifestações culturais locais.

Analisando o quadro3 abaixo, observa-se uma grande diferença em relação a o recebimento de financiamento pelos municípios do Território de Irecê no ano de 2009 ao ano de 2017. É notável que seis municípios foram pouco contemplados neste período. É perceptível também a disparidade do município de Irecê em relação aos demais e, isso se da por uma serie de motivos já citados acima, como desenvolvimento urbano, econômico, publico e entre outros fatores.

Quadro 4: Investimento em Cultura no Território de Irecê do ano 2009 a 2017

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
América Dourada		R\$758.308,52	R\$570.700,21	R\$144.049,83	R\$283.927,17	R\$1.388.373,78	R\$1.092.996,45	R\$1.233.219,15	R\$1.329.308,99
Barra do Mendes	R\$501.965,00	R\$524.599,10	R\$692.241,52	R\$617.394,98	R\$287.486,86	R\$1.067.626,96	R\$772.671,50	R\$721.953,49	R\$551.792,00
Barro Alto									
Cafarnaum	R\$75.615,00	R\$335.275,00	R\$559.000,40	R\$119.800,00	R\$368.594,38	R\$726.440,55	R\$584.256,92	R\$844.534,60	R\$31.931,67
Canarana	R\$227.971,95	R\$190.562,11	R\$352.682,60	R\$38.241,87	R\$550.363,05	R\$224.816,55	R\$215.025,95	R\$391.286,96	R\$143.562,01
Central	R\$7.618,12	R\$799,41	R\$140.661,46	R\$61.550,78	R\$89.229,24	R\$225.173,51	R\$129.281,76	R\$18.434,40	R\$308.164,89
Gentio do Ouro	R\$261.661,95	R\$437.076,26	R\$292.109,52	R\$345.953,00	R\$409.144,00	R\$828.714,69	R\$85.407,21	R\$440.446,40	R\$380.504,20
Ibipeba	R\$564.557,56	R\$217.985,25	R\$679.519,50	R\$90.983,49	R\$96.351,65	R\$289.711,94	R\$51.279,00	R\$484.446,40	R\$216.412,08
Ibititá	R\$74.793,60								
Ipupiara		R\$188.061,47	R\$175.291,00	R\$171.128,00	R\$238.400,15	R\$93.135,00	R\$311.899,65	R\$351.687,25	R\$330.257,10
Irecê	R\$1.158.026,36	R\$1.245.026,23	R\$1.289.123,12	R\$1.452.140,01	R\$989.506,45	R\$1.000.156,11	R\$1.555.479,12	R\$2.100.256,45	R\$2.423.245,19
Itaguaçu da Bahia	R\$144.542,67								
João Dourado	R\$220.317,00								
Jussara	R\$165.014,39	R\$24.913,16	R\$207.570,54	R\$29.978,67		R\$97.000,00			
Lapão	R\$730.285,93								
Mulungu do Morro	R\$114.558,36	R\$159.769,84	R\$334.096,99	R\$193.180,00	R\$251.795,59	R\$352.208,64	R\$414.953,92	R\$591.999,98	R\$537.406,31
Presidente Dutra	R\$171.399,50	R\$303.489,43	R\$512.616,05	R\$266.078,50	R\$56.410,00	R\$374.713,00	R\$32.685,00	R\$428.843,42	R\$142.781,73
São Gabriel	R\$119.262,69								
Uibaí	R\$129.721,24								
Xique-Xique	R\$187.655,00	R\$491.131,30	R\$772.664,78	R\$837.900,00	R\$43.493,60	R\$983.915,50	R\$1.235.468,83	R\$870.186,86	R\$847.891,48
Total	R\$5.435.382,87	R\$2.923.280,23	R\$2.916.239,12	R\$2.916.239,12	R\$2.840.181,44	R\$6.651.830,12	R\$6.651.830,12	R\$6.377.038,91	R\$4.820.012,46

Fonte: TCM Bahia (2008). Calculado pela SEI

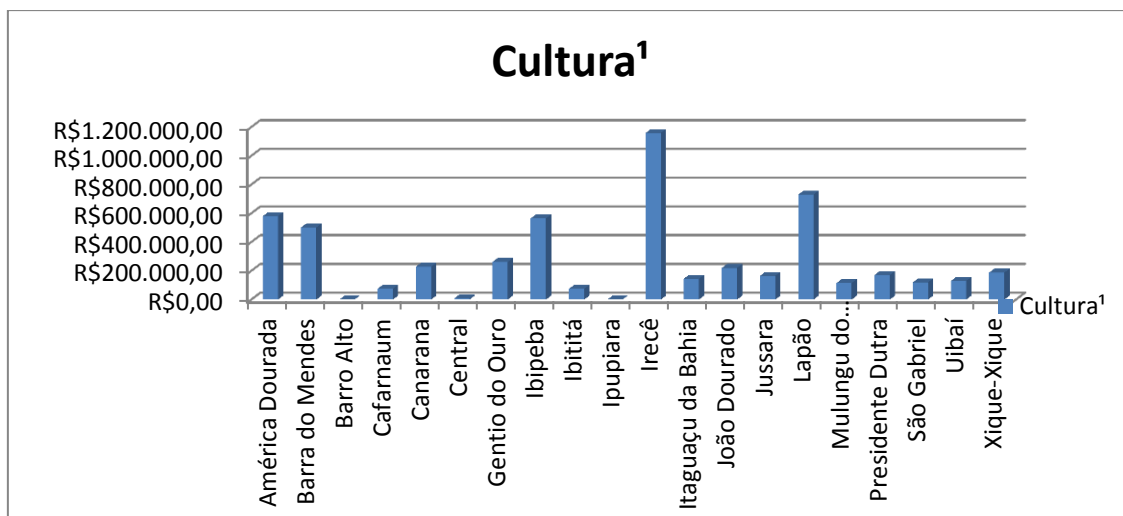
A Secult-Ba trabalha e investe na formação e desenvolvimento dos territórios, com o programa de fomento Fundo de Cultura, consagrando um total de vinte e sete territórios de identidade como política para garantir investimentos para as manifestações culturais presentes em todos os territórios da Bahia. Para tanto, criou o cargo do Representante Territorial da Cultura (RTC's) com o intuito de aproximar os territórios de identidade com suas demandas locais, conforme o modelo de regionalização adotado, a partir disso, a microrregião de Irecê ficou denominada como Território 1.(SECULT, 2013).

Com a capacidade econômica e cultural do território de Irecê na qual engloba dezoito municípios multiculturais e com características diferentes e manifestações culturais distintas, as várias festas ganharam apoio através do programa Fundo de Cultura, festas como micaretas, carnavais, São João, etc; além de ações em bibliotecas, museus e associações culturais. Fizerem deste um importante receptor de financiamentos de incentivo oriundos da secretaria de cultura do estado através do programa Fundo de Cultura.

O Território de Irecê recebeu vários incentivos em diversos municípios para o apoio da Cultura como a Filarmônica 19 de Setembro da cidade de Ibipêba e Sociedade Rouxinol da cidade de Irecê, além do museu arqueológico de Central e a associação cultural de Lapão. Juntos esses municípios receberam cerca de 1 milhão de reais. Segundo (CAR, 2012)

A manutenção de instituições e projetos culturais no Território de Irecê foi importante para manter tradições culturais oriundas desde o surgimento do Território que antes era chamado de microrregião, sendo apoiado pelo FCBA.

Cruzando os dados no Gráfico referentes ao território de identidade, observamos que não há uma grande diferença entre o município de Irecê e os demais municípios do território com relação ao financiamento cultural. Por compreender que em Irecê está a maior parte das instituições ligadas à cultura e também por ser o município com maior densidade populacional e econômica, como já foi citado.

Gráfico 1: Investimento por município do Território 1 entre os anos de 2009 a 2012

Fonte TCM-BA (2012). Calculada pela SEI

É considerável mostrar aspectos importantes que merecem ser destacados nesse primeiro momento referente ao Fundo de Cultura. Primeiramente é o fato que ele veio para modernizar o investimento em manifestações culturais além de ter se consolidado na Bahia e tempos depois ter se espalhado pelo Brasil, e de ter encontrado facilidade na distribuição dos territórios acolhendo propostas de harmonizar o um financiamento moderno e viabilizando a Cultura no Território de Irecê. Miguez (2011) afirma que o Fundo de Cultura foi apontado como um dos responsáveis pelo fim da descentralização de recursos para a Cultura em um momento de promoção e reforma nos aspectos de financiamentos de manifestações culturais na Bahia com a produção de uma cultura fortemente especializada e inclusiva nos territórios de identidade.

A importância desses financiamentos de projetos não são simplesmente uma injeção de capital nas ações do território de identidade de Irecê, todavia, não devem ser atreladas apenas a um investimento em municípios do território 1, mas sim, todas as suas abrangências sociais, culturais, políticas, artísticas, etc. Lima (2009) lembra que a territorialização da cultura se inicia pela necessidade de amplificar a noção de cultura, que tem um potencial enorme para geração de emprego e renda nos territórios de identidade, dentre outros aspectos relevantes para ser acolhidos

perante ao financiamento de projetos culturais. Baseando na identidade única concebida a partir das características de cada território, aspecto utilizado como parâmetro para distribuição de recursos.

O Território de Identidade 1 referente ao de Irecê veio recebendo recursos progressivamente no decorrer desses anos aqui citados, de modo que é perceptível que esses investimentos foram aumentando em virtude da melhor disseminação dos recursos destinados a manifestações culturais na Bahia e também no seu território de identidade de Irecê. A SECULTBA (2017) mostrou que se utilizou de conceito da SEI para mostrar a quantidade de recursos a serem distribuídos por territórios de identidade, e, a partir dessa noção de necessidade específica foi distribuindo e financiando projetos e manifestações culturais nos dezoito municípios pertencentes ao território de Irecê.

Vale a pena ressaltar a atuação das organizações e secretarias de educação dos municípios para inserir seu calendário de festas nos movimentos que associados à cultura, política e economia; suas festas como Carnaval fora de época, São João, micaretas, festas de lavouras entre outras, alcançado através da visibilidade de seus produtos e imagem; afirmação de poderio socioeconômico do município e também do território através do Consórcio Regional de Cultura.

Tabela 3: Recursos do Fundo de Cultura no Território de Irecê

Ano	Recursos R\$
2009	5.435
2010	13.490
2011	16.139
2012	3.800
2013	2.915
2014	389.505
2015	762.274
2016	362.399
2017	1.115,70

Fonte TCM-BA. Calculada pela SEI

A tabela acima nos mostra a evolução do financiamento em cultura no Território de Identidade de Irecê no decorrer dos anos de 2009 e 2017 através do Programa

Fundo de Cultura. É perceptível que há instabilidade no recebimento dos recursos, onde, em 2009, 2012 e 2013 a quantidade de recursos é pífia e em outros anos com quantidade maior de recursos provenientes do programa.

É possível afirmar que esse processo de distribuição de investimentos para áreas ocorreu aliado às características culturais de cada município de acordo com suas demandas, como tipos de festas, proximidade com os projetos culturais, influencia político e social, etc; foram determinantes para o fluxo de financiamento em manifestações culturais que favoreceram a população e a estruturação dessas festas. Pedra (2009, p. 61), em seu estudo sobre financiamento de cultura, demonstra que houve “prevalência do poder econômico e político para obtenção dos recursos para investimento em cultura, mas eles também estão associados em grande parte com aos interesses dos municípios de mandarem seus projetos culturais para serem aprovados para o recebimento de recursos”.

O Território apresenta um potencial para desenvolver manifestações culturais que de maneira certa fazem a economia local circular através da geração de emprego e circulação de capital durante esses dias de festa. Atualmente, são mais de 30 projetos e festas beneficiadas pelos financiamentos através do Fundo de Cultura, segundo (SECULTBA, 2015).

Com essa proposta de investimento em todos os municípios do território, tem avançado e já é possível notar o fortalecimento produções culturais. Um ponto relevante é que, a união de todos os municípios do território através de seus conselhos de cultura junto ao Consórcio Regional de Cultura com a união do poder público de cada município, corrobora para a valorização das tradições culturais locais. Além disso, essas experiências de financiamento se multiplicaram no Território a fim de garantir melhor financiamento e recebimento de recursos para esses municípios.

Surgem pressupostos fundamentais que passam a tratar a cultura, finalmente, como matéria de desenvolvimento, em profundo diálogo o setor público, mas com garantida autonomia para propor políticas a partir de suas próprias bases: diversidade cultural, acesso do indivíduo pelo diálogo das diferenças, cultura como capital social, provedor de formação de projetos para o desenvolvimento (PORTO, 2009, p. 7).

É notório que a implantação de representações municipais no âmbito da cultura teve como objetivo: descentralizar as ações culturais que antes eram isoladas, com essa democratização territorial o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura tornou-se mais viável, e, assim, foi se espalhando o investimento em ações e projetos culturais em todos os dezoito municípios do Território de Irecê.

Quadro 5: Municípios e secretários municipais de Cultura do Território de Irecê contemplados pelo Fundo de Cultura⁴

Municípios	Secretários	Contemplados pelo FCBA
América Dourada	Acácia Barbosa	SIM
Barra do Mendes	Nacicleia Mendes	SIM
Barro Alto	Fabiana Ribeiro	SIM
Cafarnaum	Magno Souza	SIM
Canarana	Eduardo Ferreira	SIM
Central	Adalberto Ferreira	SIM
Gentl do Ouro	Lethicia Lima	SIM
Ibipeba	Evailton Vieira	SIM
Ibititá	Katiandra Lima	SIM
Irecê	Valderi Carvalho	SIM
Itaguaçu da Bahia	Ady Martins	SIM
João Dourado	Mariana Loula	SIM
Jussara	Gadiston Ribeiro	SIM
Lapão	Aline Dourado	SIM
Mulungu do Morro	Acácio Teles	SIM
Presidente Dutra	A. Fatima Alves	SIM
São Gabriel	Juliana Medeiros	SIM
Souto Soares	Rosangela Macena	SIM
Uibaí	Dorival Pires	SIM

Fonte:Elaboração Própria

O quadro 4 acima é formado pelos municípios do Território de Irecê e seus respectivos Secretários de Cultura, na qual, confirmaram que seu município foi contemplado por recursos vindos do Programa Fundo de Cultura nos últimos anos.

⁴ Quadro criado pelo autor através de informações obtidas por meio de ligações para as secretarias municipais dos municípios do Território de Irecê

SECULTTBA (2017) mostra que para a maioria dos responsáveis pela pasta da cultura nos Territórios de identidade, houve a ampliação do diálogo entre os municípios e a Secretaria de Cultura – SECULT, a partir das políticas de desenvolvimento territorial e cultural do Estado da Bahia e, assim, o isolamento ao quais alguns municípios estavam submetidos parece, a princípio, ter sido superado através dos representantes territoriais de cultura.

4.3 DESAFIOS DO TERRITÓRIO DE IRECÊ PARA MANUTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS DE AÇÕES E PROJETOS CULTURAIS ATRAVÉS DO PROGRAMA FUNDO DE CULTURA.⁵

Uma prática de fomento a cultura exige a consolidação e a distribuição periódica para estruturas e projetos ligados à área em todo o território, bem como a garantia de acesso aos meios de financiamento, além da valorização e da disseminação das manifestações culturais no Território de Irecê. Estes são balizamentos essenciais para equalizar políticas culturais, e, com isso consolidar o investimento cultural através do programa Fundo de Cultura mantido pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA).

De acordo com Leitão (2009), um grande desafio que se coloca em relação à manutenção da Cultura é o fato de as políticas públicas de cultura estenderem o conceito de cidadania. A autora considera que a Territorialização cultural teria duas vocações fundamentais: [...] afirmar os direitos e deveres dos indivíduos face às suas culturas e às demais culturas; determinar os direitos e deveres de uma comunidade cultural frente às demais comunidades culturais (Leitão, 2009, p. 71). Ainda Segundo Pedra (2013), em se tratando de acesso a um instrumento público de financiamento cultural, no caso do FCBA, desde o surgimento do mecanismo (2005) até agora, percebe-se um avanço muito significativo e um esforço constante para o fomento da cultura em regiões antes desassistidas, na tentativa de transformá-lo em um instrumento cada vez mais democrático com o surgimento dos Territórios de Identidade. Ainda assim, esse processo vai sofrer grandes transformações ao longo do tempo e não podem ser vistas como a única solução

⁵ É importante salientar que a pesquisa foi feita com escassez de dados por conta do pouco material existente sobre o tema.

para a questão da produção cultural dos baianos, já que a cultura deve ser um direito de todos, mesmo que, o Fundo de Cultura possa sofrer grandes desgastes nos próximos anos.

É importante salientar que com as grandes mudanças econômicas dos últimos anos e com a ameaça de corte em investimentos da pasta da Cultura por conta da crise econômica que assola o Brasil nesta década, o Fundo de Cultura pode deixar de financiar boa parte de projetos culturais no Território de Irecê. Como disse Porto (2009) surgem pressupostos importantes que passam a tratar a cultura, finalmente, como matéria de desenvolvimento, mas é preciso lembrar que é uma área da economia que sempre está na lista de cortes orçamentários dos governos, que e necessário um profundo diálogo com outras áreas do Governo do Estado para garantir o acesso dos indivíduos a Manifestações Culturais.

É importante considerar o papel do Fundo de Cultura no Território de Irecê que merece destaque pela sua direta interferência positivo como fator de desenvolvimento socioeconômico no Território. Possuindo identidade formadora e diferenciadora no território. Nesse panorama, Sarkovas (2008) nos traz sua primorosa contribuição e sinaliza que é bastante grave a falta de recursos para área cultural e que também é problema do Estado à falta de visão estratégica na cultura de uma sociedade que faz parte do mundo globalizado. O autor enfatiza que mesmo que existem diretrizes e planos de ação cultural para os diversos segmentos artísticos, populacionais, geográficos etc; é preciso maior engajamento para não deixar programas acabarem. Ele afirma também que:

O reordenamento que vem se processando em escala mais ampla no tecido Cultural, mas que se refletem também nos remanejamentos dos modos de gestão e organização da esfera da cultura. Ao se revestir como agente que assume uma atuação marcadamente reguladora e facilitadora, o Estado paulatinamente vai garantindo seu tradicional papel de mecenas preponderante no apoio à cultura. (SARKOVAS, 2008, p. 12).

A adoção dos mecanismos de fomento foi importante para a territorialização dos recursos e para maior transparência na seleção de ações e projetos culturais no Território de Irecê. Foi bastante relevante o aumento do número de festas e projetos

contemplados durante os últimos anos, na Bahia, através do Programa Fundo de Cultura segundo a (SECULTBA, 2015). Mesmo com os desafios a serem encontrados nos próximos anos, o Fundo de Cultura mostra-se bastante relevante para manutenção de projetos culturais nos territórios de identidade inclusive no de Irecê. É bastante relevante compreender que, O Fundo de Cultura ainda é um instrumento transformador atrelado a territorialização da cultura.

Sendo assim, é possível afirmar que a Bahia ganha uma política cultural estruturante a partir da criação do Fundo de Cultura e também da criação dos Territórios de Identidade. Com isso, as políticas de cultura do estado passaram por transformações significativas e democráticas. A SecultBA foi adotando vários planos estratégicos na construção de uma cultura cidadã e participativa, que permite todos os municípios do território o acesso às diversas modalidades fomento a ações e projetos culturais, participação dos conselhos municipais de Cultura na construção da política estadual de.

Apesar da grande diversidade das expressões culturais no Território de Irecê, os modos de investimentos pouco eram pautados no processo de consolidação de políticas públicas de cultura na Bahia, ao tempo em que as manifestações compõem o universo cultural do Território. Isso mostra um grande desafio para à criação de políticas e busca de recursos pra esse financiamento, que é contribuir para o reconhecimento das diversas manifestações culturais.

Verificamos que desde a ascensão do Território de Irecê como Terra do feijão com economia agrícola bastante relevante até a transição pra uma economia voltada para o comércio, está intrinsecamente ligada a formação de movimentos culturais que evoluíram com o decorrer dos anos e hoje precisam de financiamento do Fundo de Cultura para continuarem existindo.

5 CONCLUSÃO

A presente monografia teve como objetivo explicar o surgimento do Território de Identidade de Irecê-Ba, a transição da economia agrícola para economia do comércio, focando principalmente no investimento em ações e projetos culturais através do Programa Fundo de Cultura. Desta maneira, podemos perceber que o auge do cultivo do feijão foi de suma importância para o surgimento e fortalecimentos do comércio local, ainda, apoio para manifestações culturais.

Buscou se fazer uma aproximação deste projeto de desenvolvimento do Território e sua economia com o financiamento em manifestações culturais, em particular no Território de Irecê, fundado na perspectiva do investimento em cultura para fortalecer manifestações culturais local. Ainda não podemos chegar a conclusões mais precisas visto que o processo de fomento através do Fundo de Cultura ainda está começando na região, que pode ser comprovada através dos poucos dados encontrados.

O trabalho permite perceber ainda, a entrelaçação de tempos distintos: surge em um primeiro momento à consideração de um Território terras produtiva, de chuvas suficientes para conseguir boas produções de feijão. Em um segundo momento, levanta um olhar sobre o contexto da queda da produção do feijão e surgimento do comércio e surgimento de manifestações culturais que foram evoluindo com o passar dos tempos e hoje são financiadas pelo FCBA. De acordo com Santos (2004) períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo, e a falência de uma modalidade econômica, levada por uma evolução mais brutal de um ou de vários fatores, que caracteriza a harmonia do conjunto, determina o surgimento de um novo tipo de economia e um novo período.

As transformações, em meados do século XX, mostraram novas possibilidades com as modificações na economia regional. A agricultura tradicional que era baseada no trabalho familiar torna-se o carro chefe se tornando algo rentável economicamente. De fato o que notamos é uma mudança nas bases produtivas projetadas pelo avanço e reprodução maior do feijão. Aos poucos a economia se territorializou de

maneira constante para a vida da população. Depois com a virada de século para o século XXI, o declínio do feijão impulsionou o comércio tornando um Território desenvolvido e recebendo apoio em seus projetos culturais.

Fundo de Cultura da Bahia é um importante instrumento de inclusão de políticas culturais e um dos mais participativos entre os fundos que existe no estado. Essa pesquisa mostra como foi o seu funcionamento no Território de Identidade de Irecê e tenta constatar seus principais problemas e melhorias. Mesmo o período analisado sendo curto para ter qualquer consideração mais precisa sobre do programa. Mas é notório que as alterações realizadas pelo Projeto de Lei aproximou o programa da sociedade, embora que sempre haverá melhorias a serem feitas.

O desafio se inicia pela necessidade de ampliar a participação das manifestações culturais através do financiamento do FCBA, que tem um potencial para geração de emprego e renda, de inclusão da sociedade, dentre outros fatores. Ainda, mesmo com os investimentos já recebidos pelo Território 1, é preciso um reconhecimento da necessidade de mais financiamentos para manter vivos ações e projetos de identidade do Território.

Dessa forma, a conclusão acerca do FCBA como financiador de manifestações culturais no Território de Irecê, é que ainda há muito que melhorar. A participação dos municípios precisa ser melhorada com mais equidade no recebimento de investimentos. O Fundo de Cultura da Bahia é um dos principais instrumentos das políticas culturais no Território de Identidade de Irecê, mas precisa ser melhorado, tornando-o mais ativo dentro dos municípios existentes no Território 1. Essa pesquisa mostra como foi o seu funcionamento nos no período estudado e tenta identificar seus principais problemas e melhorias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. In: SEMINÁRIO INTERNO DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL. 1, 2001. **Anais...**Santiago. Chile, 2001.

BAHIA. Fundação Cultural do Estado da Bahia. **Relatório de Atividades 2015**. Disponível em:

http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/arquivos/File/2019/RELATORIO_FUNCEB_10.pdf. Acesso em: 19 de maio de 2016

BAHIA. Governo do Estado. **Relatório de Atividades 2005**. Disponível em: file:///C:/Users/eferreira/Downloads/Relat%C3%B3rio%20anual%20-%202005_internet.pdf 2009. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

BAHIA. **Lei Nº 9.431 de 11/02/2006**. Disponível em:

http://www.secult.220i.com.br/conteudo/apoioaprojetos/fundodecultura/downloads/lei-no-9-431-de-11-de-feverreiro-de-2006/attachment_download/file Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

BAHIA. Secretária da Cultura da Bahia. **Projeto de Lei de Fundo de Cultura**. 31 de janeiro de 2007. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/projeto-de-lei-desburocratiza-fundode-cultura>. Acesso em: 22 de abril de 2019.

BAHIA. Secretária da Cultura da Bahia. **Projeto de Lei de Fundo de Cultura**. 31 de janeiro de 2009. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/projeto-de-lei-desburocratiza-fundode-cultura>. Acesso em: 24 de outubro de 2017.

BAHIA. Secretária da Cultura da Bahia. **Dados de investimento em Cultura na Bahia**. 21 de novembro de 2015. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/dados-de-investimento-em-cultura-na-Bahia>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

BAHIA. Secretária da Cultura da Bahia. **Programa Fundo de Cultura**. 15 de setembro de 2017. Disponível em:

<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

BAHIA. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. **Relatório Perfil Territorial – Território de Irecê**. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/imagens/pdf/01.pdf>. Acesso em : 23 de fevereiro de 2018.

BARBOSA, Frederico. Financiamento cultura: **situação atual e questões para reflexão**. N 8, Salvador. fev/2004.

BRITTO, Alzemer Martins Ribeiro de; SANTOS, Cléia Costa dos. Instrumentos para concretização da democracia participativa. Fundo constitucional de cultura. Vinho novo em odre velho?. **Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado (RERE)**. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 19 – set. out. nov. 2009.

Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-19-SETEMBRO-2009-ALZEMERI-MARTINS.pdf>> Acesso em: 08 out. 2018

CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Irecê: Perfil Regional: **Programação de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)**. Salvador (BA): Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2002.

COUTO, Vitor de Athayde; ROCHA, Alyson dos Santos. Reveses à questão territorial na região de Irecê, Bahia. Congresso da sociedade brasileira de Economia e Sociologiarural, 44, 2006. **Anais...** Salvador, 2006. p. 15.

DOURADO, Gicélio de Castro. **O impacto da mecanização no município de Irecê na década de 70 e os reflexos para os pequenos e médios agricultores**. 2003. 5f Monografia (especialização em metodologia do ensino superior). Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias. Campus XVI. Universidade do Estado da Bahia. Irecê- BA, 2003.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Irecê: uma área agrícola “insulada” no sertão Baiano. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 25, n. 4, p. 453-474, out.-dez., 1963.

FERNANDES, Taiane. **Políticas Culturais – A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Produção Cultural) - Faculdade de comunicação, UFBA, Salvador, 2008

FERRARI, Tatiana. **Análise dos gastos públicos com Cultura**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

FREIRE, Alberto. Fomento a Cultura. Política e gestões culturais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA 28 A 30 DE MAIO. 4, 2008, ondina. **Anais...** Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2008.

FREIRE, Alberto. Política Cultural e Financiamento para a Cultura. **Diálogos e Ciência**: Revista da rede de ensino FTC / Faculdade de Tecnologia e Ciências, Salvador: NUPRE, v. 2, n. 6, 2008.

GOVERNO anuncia investimento de R\$ 40 milhões em editais do Fundo de Cultura. **Correio da Bahia**. Salvador, 2013. Disponível em: www.correiodabahia.com. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

IBGE. **Pesquisa nacional por investimento em cultura 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013v. 25. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: Dezembro de 2017.

LEITÃO, C. **Cultura e Municipalização**.. Salvador: Secretaria de Cultura/ Fundação Pedro Calmon, 2009. v 3, 72 p.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. Financiamento e fomento à Cultura na Bahia: Análise da gestão Jaques Wagner. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 7, 2009, ondina. **Anais...** Salvador: Faculdade de comunicação da UFBA, 2009.

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes. **Políticas culturais na Bahia: panorama histórico**. Salvador: Fundação Casa Ruy Barbosa, 2009.

LUCCHESI, Julio. Temas, conceitos e desafios da economia criativa. **Informações FIPE**, n 34, fev. 2011.

NASCIMENTO, Alberto Freire. Política Cultural no Brasil: do estado ao mercado. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, , 3, 2007, on dina. **Anais...** Salvador: Faculdades de comunicação da UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbertoFreire.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

MIGUEZ, Paulo César; LOIOLA, Elisabeth. Sobre Cultura e Desenvolvimento. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3, 2007, on dina. **Anais...** Salvador: Faculdade de comunicação da UFBA, 2007.

MIGUEZ, Paulo César. A Economia da Cultura. **Jornal Letras**, n. 45, jan. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/25566/1/A%20Economia%20do%20cULTURA%20da%20.pdf>: Acesso em: 24 set. 2014.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. **Articulações de políticas públicas e atores sociais..** Brasília-DF: IICA, 20018. 282 p. v. 1.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Política, gestão e produção cultural na Bahia.** In: SEMINARIO INTERNACIONAL – POLITICA CULTURAIIS, 5, 2014. **Anais...** Rio de Janeiro :Fundação casa Ruy Barbosa, 2014.

OLIVEIRA, Paulo César Miguez. **A Organização da Cultura na “Cidade da Bahia”.** Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/tese_de_doutorado_paulo_miguez_facom_ufba_2002.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2018

OLIVEIRA, Paulo César Miguez. Carnaval Baiano: **As tramas da alegria e a teia de negócios.** Salvador: UFBA, 1996. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/dissertacao_mestrado_paulo_miguez_npga_ea_ufba_1996.pdf. Acesso em: 04 de julho de 2018.

OLIVEIRA NETO, João Martins. **Gestão de conflitos na governança de territórios de identidade rural e da cidadania:** Uma Possibilidade Prática. 2015. 151f. Dissertação de Mestrado (PDGS- Programa de desenvolvimento de Gestão Social)- Escola de Administração, UFBA, Salvador-Ba, 2015.

PEDRA, Layno Sampaio. **O Financiamento Público à Cultura no Brasil:** uma análise do Fazcultura e do Fundo de Cultura entre os anos de 2005 e 2008. Monografia (Graduação em Comunicação – Produção em Comunicação e Cultura) 78f. Salvador, 2009.

PEDRA, Layno Sampaio. **O fundo de cultura na Bahia:** participação social e acesso aos recursos. Rio de Janeiro: Fundacao casa Ruy Barbosa, 2013.

PORTO, M.. **Cultura e Desenvolvimento em um quadro de desigualdades.** Salvador: Secretaria de Cultura e Fundação Pedro Calmon, 2009. 60 p. Coleção Cultura é o quê?v.3

PRIKLADNICKI, Fabio. **Como a Cultura movimenta a economia e uma cadeia produtiva**. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2016/06/como-a-cultura-movimenta-a-economia-e-uma-cadeia-produtiva-5821795.html>. Acesso em 03 abr. 2019

ROCHA, Alynson S.; COUTO, Vítor A. **Reveses à Questão Territorial na Região de Irecê, Bahia**. Salvador:UFBA: 2006

ROHDE, Bruno Faria; RUBIM, Antonio Albino Canelas (orgs.). **Políticas culturais na Bahia: Governo Jaques Wagner - 2007**. Salvador: Eudfba, 2008. Cadernos CULT.

RUBEN, Jakson. **Irecê: história, casos e lendas**. 2 ed. Irecê: Print Fox, 2001. 62p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **As políticas culturais e o governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Fundos Federais: origens, evolução e situação atual na administração federal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 154, abr./jun. , 2002.

SANTOS, J. A. L. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: Sujeição da renda da terra camponesa ao capital no Território de Identidade de Irecê – BA**. 262p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Vagner José Rocha. **O clique fomento e a gestão dos editais do Fundo de Cultura da Bahia**. 2015. 51p. . Monografia (Curso de formação de gestores Culturais dos Estados do Nordeste)- Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal da Bahia, Olinda-PE, 2015.

SARCOVAS, Yacoff. **Quem Paga a Conta da Cultura**. Disponível em: <http://www.gestaocultural.org.br/html/imagens/9-quem-paga-conta-cultura-yacoff.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). **Recentes transformações no rural baiano**. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 68). . Disponível em: https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 Acesso em 11 de setembro de 2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). **Análise Territorial da Bahia Rural**. Salvador (BA): SEI, 2004. 222 p. . Disponível em: https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 Acesso em 18 de outubro de 2018.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. et al. **Diagnóstico de Municípios - Região de Irecê**. Salvador: 1995. (Série Desenvolvimento Regional)

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Política cultural na Bahia: o caso do FAZCULTURA**. 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, 2004.

ZARDO, Júlia Gama Bloonfield; MELLO, Ruth Espinola Soriano de. Cultura como vetor de desenvolvimento local. In: ZARDO, Júlia Gama Bloonfield(Org). **Audiovisual capixaba**. Vitória: Sebrae/Es, 2010.